



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 10 DE DEZEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli – PV) – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da douta Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 30ª audiência pública do ano de 2013. Essa é a 14ª audiência sobre o Orçamento e o Plano Plurianual e a 2ª audiência geral.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br link Auditorios On Line.

A íntegra da transcrição dessa audiência estará disponível ao público no portal da Câmara Municipal de São Paulo no link Audiências Públicas Registro Escrito.

Estão presentes os Srs. Vereadores: Ricardo Nunes e Aurélio Nomura.

Foram convidados a participar dessa audiência as seguintes autoridades do Poder Executivo: o Sr. Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico Dr. Marcos de Barros Cruz, estando aqui, como seu representante, o Secretário Adjunto Dr. Antonio Paulo Woegel de Medeiros, a quem peço fazer parte da Mesa; a Secretária Municipal de Planejamento Sra. Leda Maria Paulani, que está presente e também convido a nos acompanhar à Mesa.

Informo que está entre nós o Secretário Adjunto Fábio Pereira, também da Secretaria Municipal de Planejamento, junto com D. Leda Maria Paulani.

Declaro abertas as inscrições, que podem ser feitas junto a nossa secretaria, para quem quiser se pronunciar.

Gostaria de dizer que ficou combinado com o Relator Vereador Paulo Fiorilo que a assessoria da douta Comissão de Finanças e Orçamento fará uma explanação a respeito da Peça Orçamentária desse ano. Em seguida, abriremos a palavra aos presentes e, assim, as questões serão respondidas pelo Poder Executivo.

Gostaria de lembrar que o nobre Vereador Paulo Fiorilo está um pouco atrasado, pois fez uma pequena cirurgia e ainda está no hospital, aguardando liberação.

Passo a palavra ao Sr. Gilberto, um dos assessor da Comissão de Finanças e Orçamento para sua explanação.

O SR. GILBERTO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, senhoras e senhores presentes, bom dia.

A pedido do Sr. Vereador Relator, farei uma pequena explanação a respeito das alterações que aconteceram no projeto original de Orçamento com relação ao que se tornou, então, o substitutivo já aprovado em primeira discussão em plenário.

- Apresentação de vídeo.

O SR. GILBERTO – A alteração fundamental foi devida à redução de receita pela aprovação do substitutivo ao projeto do IPTU.

Então a Lei do IPTU foi aprovada na forma de substitutivo. O projeto original do IPTU previa uma receita de 6,8 bilhões. O substitutivo implicou numa redução de receita de, aproximadamente, 167 milhões. Portanto, reduzindo o valor da previsão de receita do IPTU para 6,6 bilhões.

Isso, evidentemente, implica num ajuste do projeto de Orçamento, que foi feito pela Comissão de Finanças e aprovado pelo plenário.

Então o Orçamento original que previa um valor total de 50,7 bilhões está ajustado para 50,56 bilhões, no valor do substitutivo e do projeto aprovado em primeira votação.

Feito o ajuste na Receita, evidentemente, para manter o equilíbrio do balanço orçamentário, foi necessário realizar alterações do lado da Despesa. Existem despesas vinculadas, algumas com mínimo, outras, com valor fixo.

Então: Educação, houve um ajuste de, aproximadamente, 51,8 milhões; Saúde, houve uma redução de 30 milhões; na dívida, houve redução de 21,7 milhões; no valor referente ao pagamento de precatórios – são decisões judiciais a respeito de pagamento – houve um corte de, aproximadamente, 5 milhões; PASEP que é um percentual da folha de pagamentos, houve uma redução de 1,7 milhões; e, finalmente, para que o ajuste completo fosse feito, houve uma redução na dotação referente a compensações tarifárias de, aproximadamente, 56,5 milhões; totalizando, portanto, aqueles 167 milhões relativos à redução

do IPTU e, com isso, o ajuste foi realizado e aprovado em primeira votação pelo plenário.

Além dessa questão do ajuste necessário, em função da adequação da despesa, houve também um remanejamento de recursos, entre a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras e as Subprefeituras, referente a pavimentação, recapeamento e obras diversas de melhorias de bairros.

Esse ajuste, de aproximadamente 1,8, desculpe, 130 milhões, na verdade, 1,8 bilhões é o total da Secretaria da Coordenação mais as 32 Subprefeituras, aproximadamente. O ajuste foi de remanejamento, ou seja, o valor global desses dois conjuntos de órgãos – a Secretaria de Coordenação mais as 32 Subprefeituras – permaneceu constante. Houve um ajuste de recursos sendo deslocados da Secretaria de Coordenação para as 32 Subprefeituras, numa lógica de descentralização de recursos.

Quanto às audiências e reuniões temáticas, a Comissão de Finanças e Orçamento realizou 14 eventos e, ao longo desses eventos, reuniões e audiências, foi disponibilizado tanto em papel como em formulário eletrônico – no portal da Câmara – a possibilidade de acolhimento de sugestões. Foram recolhidas 365 sugestões de alterações à Peça Orçamentária que estão sendo analisadas e, inclusive, serão enviadas à Secretaria Municipal de Planejamento para avaliação do Executivo.

Fundamentalmente, esse é o quadro que a consultoria preparou a pedido do Sr. Vereador Relator para mostrar o que aconteceu no projeto de Orçamento aprovado em primeira discussão.

Para lembrar: a Casa está hoje, até 19h, em processo de acolhimento de emendas. A Comissão de Finanças e Orçamento está colhendo emendas. Só para que tenham uma ordem de grandeza: o ano passado foram quase 7 mil emendas e, dessas, foram acolhidas, aproximadamente, mil emendas – Orçamento de 2013 – e, enfim, o processo de emendas está acontecendo e até o começo da noite o processo estará encerrado para posterior análise do Sr. Relator da Comissão e, em seguida, do plenário.

O primeiro inscrito é o Sr. Natanael de Jesus Oliveira, do Conselho Municipal de Assistência Social.

Peço a todos que façam uso do microfone e procurem ser o mais breve possível. Não gostaria de determinar um tempo, sabem, dois ou três minutos. Gostaria que cada um procurasse sintetizar o máximo possível para que eu não tenha que fazer uso da campainha.

Em seguida ao Sr. Natanael, está inscrita a Sra. Maria do Socorro, da ONG Nosso Sonho e, depois, o Sr. Fábio Siqueira. São os três na sequência.

O SR. NATANAEL DE JESUS OLIVEIRA – Bom dia a todos. A apresentação que foi feita não deu para visualizarmos o corte que foi feito em cada Secretaria. A apresentação foi feita no geral. Não me senti contemplado com a apresentação.

Mas na questão do Orçamento da Assistência Social, o Conselho Municipal da Assistência Social fez a audiência pública e apresentou a proposta do Orçamento 2014 para a assistência. Percebemos que houve um corte muito grande. Para que tenham uma ideia, o que está sendo executado em 2013 é maior do que a proposta orçamentária de 2014; vejam: a proposta orçamentária de 2014 é menor do que o executado em 2013.

Quer dizer que todos os serviços a serem executados pela assistência em 2014 será tudo fechado? Será tudo encerrado? Nem o mínimo da manutenção pode ser feito.

Além disso, não vai haver nenhuma ampliação no serviço para 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, pois no próprio PPA também foi cortado tudo. O que consta na Casa é que não tem assistência social para 2014, muito menos para 2015, 2016 e 2017.

Então Conselho Municipal da Assistência Social encaminhou um ofício para cada Vereador desta Casa, solicitando a reposição do corte que foi feito no orçamento da assistência social, que é de 352 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli – PV) – A Sra. Maria do Socorro Alves, representando a ONG Nosso Sonho.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Bom dia a todos. Sou Maria do Socorro

Alves, da região de Itaquera, sou do Conselho do Idoso e sou uma das fundadoras do Nosso Sonho A. E. Carvalho e no Conjunto Habitacional Águia de Haia.

Em resumo, o que eu vi, infelizmente, é que foram cortadas verbas da Saúde, da Educação e, simplesmente, o idoso nada tem e vai continuar nada tendo.

Afinal, se as verbas que existiam já eram poucas, agora eles retiraram tudo, como foi comprovado, aliás, o fechamento de 32 creches; o telecintro; a saúde continua um caos e o idoso é tratado como se tivesse morrendo e sem esperança.

Finalmente, cadê as propostas? Não vi nada. Infelizmente. Vamos articular o quê, se tudo tiraram?

Apesar de que houve essa eleição agora e, como o Haddad, não vê o idoso, eu consegui ser representante de pessoas de Itaquera. Então me aguentem. Sou povo e quero uma resposta como representante do idoso e da periferia. Alguém tem de prestar conta para nós. Alguém tem de dizer o que vão fazer, pois não é para ir visitar a periferia só quando vão buscar votos.

Temos o direito de receber respeito e dignidade, além de ser visto e valorizado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Com a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todos e todas. Saúdo os Vereadores Roberto Tripoli, Paulo Fiorilo, Ricardo Nunes, Aurélio Nomura e José Police Neto. Também a Secretária Profa. Leda Paulani, sua Assessoria, demais Secretarias e especialmente a população presente para concluir mais esse processo de participação na Câmara Municipal, porque no Executivo não houve participação com relação ao Orçamento.

Realmente, há muito a se falar, mas muito mais a se provar. Por exemplo, como faz falta realizar audiências públicas, desde a LDO. O Vereador Paulo Fiorilo disse que em 2006 não foram realizadas audiências temáticas. Houve sim. Foram cinco audiências temáticas, ainda na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isso está inclusive no projeto de lei desta Casa, à

época.

É fundamental fazermos a partir de maio ou junho audiências públicas para discutir a Diretrizes Orçamentárias, principalmente quando existe o PPA. A gestão Haddad não quer fazer participação de fato. Darei provas disso. Em agosto, nas audiências públicas da chamada prestação de contas do Plano de Metas – que não prestaram contas de nada -, fiz 20 propostas para Vila Mariana. Até agora, oficialmente, não sei se elas entraram ou não. Isso não é prestação de contas, não é audiência pública. Está aqui escrito: Vila Mariana e Vila Guilherme, duas unidades da rede CEU. Essas unidades não estão no PPA, nem na Lei Orçamentária, quer dizer, como se apresentam unidades CEU da região e se retira do Orçamento e do PPA? Será que a população desses lugares não merece respeito?

Outra coisa, a questão em Guaianases, uma das regiões mais carentes da cidade de São Paulo e a primeira região que teve CEU, inaugurado em 2003, pela ex-Prefeita Marta Suplicy e pelo ex-Presidente Lula da Silva – o CEU Jambeiro. A proposta mais votada na tal audiência do Plano de Metas de abril foi Saúde com 1.178 votos. Está aqui a tabela que o próprio Governo apresentou. Sabe o que aconteceu? Foi matéria de jornal, do *DCI*, no mês passado: Nada para Guaianases e Lajeado no Orçamento do próximo ano. Não tem UBS, não tem UPA, não tem Rede Hora Certa, não tem Ambulatório, não tem nada.

Que priorização é essa? Quer dizer, mentiram três vezes. Não é pelo critério de carência, porque Guaianases é uma região pobre, deveria ser uma das mais contempladas. Não é pelo critério de participação, pois a área da Saúde teve 1.178 votos e não apareceu nada nessa área para o Orçamento do próximo ano. E não é pelo critério de proporção e de população também, porque em Guaianases e Lajeado há mais 300 mil pessoas e também não foi contemplado. Quer dizer, a Secretaria de Planejamento tem que falar muito porque não quis ter participação popular na cidade de São Paulo.

Apresentar CEI, no PPA e no Orçamento, sem identificação de terreno e com número - a população nem sabe o que é setor - é desrespeitar a população. Isso não é fazer

planejamento, isso é envergonhar a cidade de São Paulo com dados não precisos. Vocês tiveram um ano para planejar e fizeram um trabalho mal feito. Isso tem de ser comentado na Câmara Municipal de São Paulo.

Na área da Cultura, por exemplo, até agora não se sabe o que será feito para o próximo ano, se é biblioteca, teatro ou casa de cultura. Enfim, quero denunciar, para corroborar com esse teatro de horrores. Temos de chamar o dramaturgo Ionesco para documentar o teatro do absurdo feito em Sempla, neste ano. Foi uma decepção, uma traição ao eleitorado do Prefeito Fernando Haddad, que deveria vir se explicar, porque mentiu para a Cidade e não fez Orçamento Participativo. Ontem, na eleição, um Conselheiro foi eleito com um voto, no Centro de São Paulo. Isso é participação? Em Itaquera, região da nossa querida Dona Socorro, houve pessoas com 200 votos que perderam eleição e aqui no Centro, o candidato foi eleito com um voto. No Cambuci há vaga aberta.

O Conselho Participativo Municipal não é nem conselho, nem participativo e nem Municipal, é uma peça de propaganda do Sr. João Antonio, que parece não entender de política paulistana. Ele também tinha de vir se explicar o que fez com a política da Cidade.

E para terminar, quero denunciar o Decreto 54619/2013 e concordar com a exemplar Dona Maria do Socorro Alves, a cidadã brasileira que mais participou de audiências públicas hoje e sempre. Esse decreto anulou, sumiu com 80 mil reais para o atendimento integral ao idoso na cidade de São Paulo e relocou a outros segmentos, como para a população de rua. Claro que a população de rua merece dinheiro, mas que não tirem dos idosos. Tirem da inspeção veicular absurda, de outras obras faraônicas, mas não mexam com a população idosa. A Profa. Sra. Leda Paulani assinou esse decreto. Ela tem de explicar, para a população de São Paulo, por que o Governo Haddad não gosta do segmento do idoso. É um Governo, inclusive, desculpe, neoliberal, que envergonha. Neoliberalismo. Vexame.

Obrigado. Até o ano que vem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Muito bem. Agradeço pela participação o

Sr. Fábio Siqueira. Passo a palavra aos Srs. Secretários para que respondam às questões formuladas. À vontade.

A SRA. LUCIANA TEMER - Bom dia a todos. Vou tentar responder sucintamente as questões colocadas. Com relação à Assistência Social, é preciso considerar que, na realidade, São Paulo estava fora do programa Bolsa Família, por isso houve um grande trabalho por parte dessa Secretaria, ao longo deste ano, para incluir famílias paulistanas nesse programa. Cerca de cem mil famílias foram incluídas. Isso trará para a Assistência Social recursos adicionais de cerca de 160 a 170 milhões de reais no próximo ano.

Contudo, esse recurso não aparece no Orçamento. Ele não é como uma verba do SUS, por exemplo, ou qualquer outro tipo de verba federal que a gente recebe por meio de uma rubrica de fonte, como a 02. Esse recurso não vai entrar por aí, porque vai ser pago direto às famílias. Se a gente considerar esse acréscimo, junto com o que está orçado, chegaremos a um Orçamento para 2014 da ordem de 1,130 bilhão de reais, cerca de cem milhões maior do que deve ser executado neste ano, que é de 1,030 bilhão.

Houve também um aumento muito grande do Orçamento de 2012 para o de 2013. Um aumento que, infelizmente, se revelou insustentável, porque a Assistência é uma das áreas que temos de trabalhar e existem todas as demais áreas. Não é possível consignar um aumento dessa ordem para a Assistência Social, tendo de tirar isso de outras áreas.

Contudo, volto a dizer, houve esse aumento muito grande, então, o Orçamento em 2012 foi de 880 milhões e o de 2013, para a área da Assistência, foi de 1,100 bilhão – mais ou menos. Um aumento muito grande e substantivo não se mostrou viável. De qualquer forma o disponível executado deste ano deve ser de cerca de 1,030 bilhão. E somando o que tem no Orçamento com recursos do Bolsa Família, que vão entrar, porém diretamente para as pessoas – por meio dos cartões -, vamos chegar a um valor maior do que o executado deste ano em cerca de cem milhões de reais.

É só para esclarecer essa questão técnica que faz diferença na hora em que se

olha os números. O que acontece é que o Renda Mínima, o nosso programa, vai ficar sempre com um papel de complementar o Bolsa Família. Dona Socorro, a senhora sabe que, por conta da sua atuação e da atuação de todo o movimento organizado dos idosos, a gente incluiu um objetivo inteiro no programa de metas, que foi o de atendimento aos idosos, com quatro metas de construção de equipamentos para idosos, equipamentos de saúde, em Casas Dia, enfim, uma série de equipamentos e ações para os idosos. Esse foi um novo objetivo incluído como resultado das audiências públicas que fizemos em abril.

Então, a gente atendeu os reclamos do movimento organizado dos idosos que, com razão, reivindicavam uma maior atenção para esse segmento da população. Serão oito URSIs, que são as Unidades de Referência em Saúde do Idoso, e uma série de outros equipamentos. Tem também a Universidade Aberta dos idosos, e outras coisas. Convido quem quiser mais informações sobre isso a entrar no *site* do Planejamento, www.planejasampa.prefeitura.sp.gov.br, onde há o detalhamento do objetivo dos idosos, que foi integrado à versão inicial do programa de metas com todas as metas associadas a esse objetivo.

Com relação à Vila Guilherme, o terreno que estava previsto para o CEU está com problema de contaminação. Há estudos, inclusive, para verificar até que ponto essa contaminação impede, ou não, de o CEU ser localizado ali. Dependendo do caso, será feita a descontaminação e será construído o CEU.

Guaianazes tem uma unidade do Rede Hora Certa, está no PPA, está no programa de metas; tem uma unidade de pronto atendimento, que também está no programa de metas e no PPA.

De abril até agora, realizamos 98 audiências públicas dentro do ciclo participativo de planejamento e orçamento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Sr. Sérgio Antiqueira, do

Sindsep.

O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA – Bom dia a todos. Primeiro, eu gostaria de pedir essa planilha que foi apresentada agora há pouco.

No início deste ano, a gente conseguiu negociar 71% de reajuste para o nível básico da Prefeitura e 42% para o nível médio, e piso para outras categorias de nível básico e médio que antes não tinham ou eram rebaixadas. Mas a gente vai passar o natal em campanha salarial, porque o nível universitário da Prefeitura não fechou negociação; para o pessoal da saúde, sequer existe uma proposta; a discussão da GCM também está emperrada; a gente vem avançando na conversa, mas também não concluímos a negociação de 2013.

Para o nível universitário, tem uma tabela proposta, mas cheia de incertezas porque muda o formato de remuneração. A mesma proposta vai servir para a saúde, mas que sequer tem uma tabela de valores para fazermos essa discussão.

Diante dessas incertezas, a gente vê no Orçamento com bons olhos e fica muito feliz quando se chega a um Orçamento que passa da casa dos R\$ 50 bilhões; e a gente tem 20% em relação ao Orçamento previsto para o ano passado, o que significa R\$ 8 bilhões a mais. Isso já nos deixa muito feliz. Isso prova que a Cidade está enriquecendo.

De 2005 para 2014, são 235% de aumento na receita. E a gente poderia até ficar feliz também com o aumento de R\$ 5,7 bilhões na despesa com o pessoal, que dá 54%, superior ao aumento da receita. Porém, a gente tem acompanhado, ao longo desses anos, e a folha de pagamento cresceu metade do que cresceu a receita, não acompanhou a riqueza da Cidade. Isso significa menor investimento no serviço público, investimento na contratação de servidores pela necessidade da demanda da população e investimento na remuneração desses servidores.

Vários setores tiveram 3,54% de aumento, de 2005 a 2013, esse é um reajuste acumulado. E a inflação no período chegará a 60% neste final de ano, ou próximo disso. E por quê? Existe uma lei salarial, a Lei 13.303, que permite esse tipo de abuso: a Cidade enriquece

e não corresponde com políticas públicas, com serviços públicos, remunerando o bem e, tendo a quantidade suficiente de servidores para dar o atendimento à demanda que a população exige.

Mesmo com esse aumento na receita, a gente não sabe o que significa. Ele será aplicado em quê? Concurso público, revisão salarial, reajuste? A gente não sabe, e essa indefinição está consumindo o nosso natal, porque se for para aplicar em terceirização é um problema. Estamos recebemos denúncias, agora até na mídia, que até então não se importava, sobre OSs, sobre as questões de terceirização do serviço público. A gente sabe que esse dinheiro escapa pelo ralo.

Enquanto sindicato, viemos para questionar qual será a política salarial para o serviço público municipal, porque a gente não sabe. E apelamos o apoio dos Srs. Vereadores, porque a gente quer negociar com o Governo a mudança dessa lei, acabar com essa lei, e criar uma nova lei que não permita que a Cidade cresça 235% e que o servidor tenha reajuste de apenas 3,54%.

É essa mudança que a gente quer, esse apoio que a gente pede aos Srs. Vereadores. E, aproveitando a presença da Sra. Leda, que ela nos diga como o Governo Haddad entende que deve ser a política salarial dos servidores, porque essa que está posta não pode ser.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Sr. Leandro de Oliveira, também do Sindsep e da Confetam.

O SR. LEANDRO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o nobre Vereador Tripoli, Presidente da Comissão; e todos os Srs. Vereadores membros da Mesa; também o Executivo, a Sra. Leda Paulani e os demais Secretários presentes.

Confesso que eu tinha uma expectativa maior na apresentação deste Orçamento, que pudéssemos, inclusive, ter um panorama geral sobre a questão dos servidores, com

apresentação de dados e de gastos, ou pelo menos que se projetassem as despesas para o ano que vem, um pouco na linha de análise do Sr. Sérgio. Acho que isso ajudaria bastante do ponto de vista de apresentação.

Quero pedir ao Executivo que deixasse projetada aquela tela, para que a gente pudesse analisar, porque a apresentação foi muito rápida, por isso seria interessante disponibilizá-las.

Também quero marcar que temos um sistema de negociação com a Prefeitura, um sistema permanente, inclusive foi assinado um convênio, e tem mais de 31 entidades que negociam com a Prefeitura de São Paulo.

O Sr. Sérgio já comentou inclusive da negociação que fizemos para esse ano, para o nível básico e nível médio, que foi extremamente positiva, então isso precisa ser registrado também, porque isso é um paradigma – digamos assim – que já estamos construindo desde 1989, no governo Erundina, depois com a Marta Suplicy; claro que continuou no governo Serra e Kassab, embora não da forma que gostaríamos.

Agora é importante que o processo avance do ponto de vista de aceleração, de disponibilizar informações. Por exemplo, temos um problema muito sério com negociação na saúde. Até agora, não recebemos a proposta que o Governo vai apresentar para a área da saúde, uma área que está em crise, entregue na mão das organizações sociais e também com uma série de problemas, denúncias, enfim, tudo isso não é novidade para ninguém.

Mas o que seria importante é que pudéssemos ter um olhar geral para as questões que estão sendo apresentadas, para que a gente possa fazer um debate mais qualificado sobre essa situação do Orçamento para o ano que vem.

Não sei se vocês já têm esse material, se apresentarão mais alguma coisa, mas seria interessante que vocês preparassem um material mais completo para fazermos um debate mais amplo.

O Sr. Sérgio falou de uma posição do Sindsep em relação à questão do reajuste.

Está sendo apresentada uma proposta de subsídio para o nível de Especialista, que contempla por volta de 6.000 servidores, e ainda falta a GCM, a saúde, e vários outros setores, que também estão na expectativa de receber alguma coisa.

Então, isso também deveria estar sendo demonstrado no Orçamento. Qual é a proposta que o Governo Municipal apresentará para o próximo período aos servidores públicos municipais?

Por últimos, nós distribuiremos uma carta de apoio aos Srs. Vereadores a partir de hoje; contamos com os servidores e entidades presentes para que possamos conseguir o apoio dos Srs. Vereadores para essa formulação que apresentaremos a eles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Nós que agradecemos, Sr. Leandro de Oliveira. Vamos ouvir agora o Sr. Paulo Lopes, Diretor Social da Arte Sul e Cimitest(?).

O SR. PAULO LOPES – Bom dia a todos. Presidente Roberto Tripoli, Srs. Vereadores Ricardo Nunes, Aurélio Nomura; e Paulo Fiorilo, Relator, que tem nos dado muita atenção na questão que será relatada agora.

Sou transportador escolar do TEG, estamos no sistema desde 2002, com o nome Vai e Volta. Estamos pedindo um reequilíbrio econômico dos nossos contratos, pois estamos sem licitação desde 2007, como é de conhecimento dos senhores e estamos com contratos emergenciais que não poderiam estar sendo realizados, são só até 180 dias após ter sido encerrado o contrato, nós já estamos no 11º contrato. Estamos fora da lei. Mas, estamos pleiteando o Orçamento. Estamos em defasagem em média de 281%.

O transportador do TEG recebe 36 reais por criança, o custo para rodar é de 25 centavos por quilômetro rodado. O aluguel do veículo, que a Prefeitura paga porque pede exclusividade, é de 2500 reais a média. Hoje um condutor recebe em média 4500 a 5000 reais. Algumas podem achar que é muito dinheiro, seria se não tivesse que pagar o meu veículo, insumos, despesas, registrar funcionários, despesas com o próprio veículo, seguro. Isso tudo

está em contrato, a Prefeitura exige. Não estamos questionando a exigência e sim a capacidade financeira de arcar com os compromissos e estamos preocupados com a segurança do transporte. Temos caso de doze acidentes neste ano em função de má conservação de veículos, não temos condições de colocar peças originais numa van.

Estamos pedindo que se reveja com carinho o Orçamento do TEG. Não queremos os 281% agora porque sabemos que muita coisa é de outra Prefeitura. Queremos o mínimo para que possamos no dia 5 de fevereiro de 2014 possamos colocar os carros na rua.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra a Sra. Leda Paulani.

A SRA. LEDA PAULANI – Tanto o Sérgio quanto o Leandro se referiram à questão dos servidores. Existe um aumento que se revela nos números para o orçamento pessoal e uma parte deles se explica pela despesa com inativos da Prefeitura que envolve o pagamento da insuficiência financeira do IPREM dos servidores. Antes ela estava numa rubrica de outras despesas correntes e esse ano colocamos esse valor na despesa com o pessoal. Uma parte do aumento que os números revelam se deve a isso. No mais, temos o crescimento vegetativo da folha, todos os aumentos que foram dados este ano, os novos concursos, etc, que têm impacto no orçamento do ano que vem. Por aí vai. Só para esclarecer que há uma mudança de rubrica.

Em relação à política salarial, eu acho que a tradição dos nossos governos sempre foi a de negociar. Por isso nós instituímos, resgatamos o Sinp – Sistema de Negociação Permanente. Logo no início da gestão, em março, ele já estava instalado e funcionando. Agora, é claro que as negociações nunca são satisfatórias para os servidores e para nós.

Neste ano em particular, estamos trabalhando com uma série de incertezas cujo desfecho ainda não temos previsão. A primeira delas é em relação à dívida. Todo mundo sabe que a dívida de São Paulo é impagável, que já pagamos, entre janeiro de 2001 e até agora, cerca 20 bilhões de reais. O estoque de dívida inicial era de 12; já pagamos 20 e devemos 53 hoje. Não tem como essa dívida continuar sendo indexada da forma como é hoje. Por isso há

todo um esforço de articulação, principalmente da Secretaria de Finanças com o Congresso, porque a alteração do indexador depende de uma lei que tem que ser aprovada no Congresso Nacional. Infelizmente, até agora, essa lei não teve uma definição: aprovada na Câmara, ainda está no Senado. Não sabemos, então, o que vai acontecer, se vamos ou não ter o alívio de podermos ao menos alterar a nossa relação dívida/receita e, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, fazermos operações de crédito, viabilizar investimentos e liberar recursos para os demais serviços da Prefeitura e para os servidores.

Essa é a primeira grande indefinição. A segunda grande indefinição é a questão dos precatórios. O Supremo Tribunal Federal derrubou a Emenda Constitucional 62 que tornava previsível a nossa despesa com precatórios. Se pulava um percentual, permitia um parcelamento e tornava previsível o gasto com precatórios ano a ano. Com a derrubada dessa emenda, fica um vazio no sentido de podermos prever o quanto vai ser gasto com precatórios. Isso pode ser um golpe bastante grande nas finanças do Município.

Finalmente, não poderíamos deixar de notar que o fato de não se ter podido elevar o preço da passagem por conta das manifestações de junho nos impôs um aumento adicional de despesa com a tarifa com cerca de 600 milhões de reais, que deve se refletir também no ano que vem com algum aumento.

São muitas incertezas. Decorre daí a nossa dificuldade de negociação com os sindicatos e com os servidores. Fica muito difícil, com um horizonte desse tipo, termos uma política certa e acabada e prometer aos servidores aquilo que podemos não conseguir cumprir.

Estamos negociando, estamos em contato com os servidores o tempo todo na mesa. É legítimo que eles venham aqui defender os seus interesses, porém as nossas restrições são objetivas e temos passado todas as informações que temos disponível para eles. Essas informações são abertas, e eles conhecem perfeitamente a situação.

Em relação ao TEG – Transporte Escolar Gratuito, lembro que este ano foi concedido um aumento. Depois de algum tempo sem aumento nenhum, o Prefeito Fernando

Haddad, que estava presente à reunião, concordou com o aumento, que já foi efetuado aos transportadores. O tema continua em discussão, assim como está em discussão a educação como um todo, que, é preciso lembrar, este ano de 2013 vai ocupar mais de 32% da nossa execução orçamentária da receita corrente líquida; portanto, acima dos 31% que a lei nos obriga a aplicar.

A questão do transporte escolar está dentro desse contexto maior dos problemas da educação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra a Sra. Célia Borba de Souza, do Fórum Municipal de Assistência Social.

A SRA. CÉLIA BORBA DE SOUZA – Bom dia. Primeiramente, quero falar que o Fórum Social é um espaço de controle formado por trabalhadores, usuários e por Organização Social. Doeu ouvir que os recursos da Assistência Social até então são enviáveis para atender a população de São Paulo. Fico imaginando um usuário ouvindo que esse investimento é inviável.

O Bolsa Família é um recurso que é destinado diretamente à família. O que o Fórum está solicitando aos nobres Vereadores é a recomposição do orçamento que o Comas deliberou, porque esse serviço é para atender a população.

Mais de 90% dos serviços executados nesta cidade são realizados pelas entidades sociais que está no território. Gostaria de perguntar aos Srs. Vereadores e aos presentes se alguém já foi à Toca do Tatu, se sabem onde fica. Pois é, porque é onde fica a Assistência Social, que está trabalhando com aquela população excluída, no meio do mato. Lá há trabalhadores sociais que não medem esforços, faça chuva ou faça sol, para trabalhar lá. É por isso que estamos pedindo a reposição da verba da Assistência Social que foi cortada.

No Orçamento está a ampliação de CRAS e CREAS. Se forem ampliados os CRAS - uma vez que está prevista a ampliação de 55 CRAS -, para onde serão encaminhadas essas pessoas se não terão serviços para executar?

A maior parte do investimento está na proteção especial. Isso significa trabalhar com a população em situação de rua. São pessoas que já estão numa situação em que os vínculos já foram rompidos. O que queremos é um maior investimento na proteção social básica, que trabalha na prevenção e no fortalecimento da família. Então, não seria muito mais viável fazermos um esforço e trabalhar na proteção básica ao invés de esperar que essa população precise da proteção especial?

Com esse corte do orçamento, não teremos condições de fazer melhorias nos serviços. O *slogan* da Prefeitura não é “que cidade queremos”? Queremos o melhor para podermos trabalhar com os nossos usuários. Como as ONGs vão oferecer um melhor serviço? Pela sua natureza, a ONG não tem fins lucrativos. Então, de onde as organizações vão tirar dinheiro para fazer essa melhoria? Será que as organizações vão ter que trabalhar aos sábados e domingos, fazendo rifa e promovendo bazar da pechincha, para ter dinheiro para melhoria dos serviços?

Então, peço aos Srs. Vereadores uma atenção especial à Assistência Social.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Nós que agradecemos, Sra. Célia.

Tem a palavra o Sr. Antonio Cabral da Silva, do Fórum Municipal da Assistência Social.

O SR. ANTONIO CABRAL DA SILVA – Bom dia. Antes de tudo, quero me congratular com a fala da Célia no sentido de dizer que realmente a Assistência Social precisa desse carinho e dessa atenção da Prefeitura.

Num breve desabafo, queria também dizer que acho pouco o apoio desta Casa em relação à Assistência Social. Estamos na militância da Assistência Social há um bom tempo e percebemos que toda vez que é para se falar de orçamento e Assistência Social, os cortes começam por ela. Lembro que, no último dia 13 de novembro, celebramos nas dependências desta Casa o Dia Municipal da Assistência Social. Para a nossa tristeza, nenhum Vereador

esteve presente, com exceção do Vereador Floriano Pesaro, a pessoa que menos esperávamos que estivesse lá, por sua história, por já ter sido Secretário. Parece que S.Exa. virou um aliado nosso. Ao contrário da nossa militância, que historicamente é petista, mas que, ultimamente, está com vergonha de dizer que foi do PT, pelas ações que o partido está realizando nesses últimos tempos.

Toda vez que procuramos um apoio desta Casa em relação à Assistência Social, parece que os Srs. Vereadores não estão nem aí para isso. Só que, em época de eleição, a maioria dos Vereadores procura as Organizações Sociais. Sou do fundão da zona Leste e muitos Vereadores passaram por lá pedindo apoio; se não eles, seus assessores. Damos apoio para depois eles nos virarem as costas quando apresentamos as necessidades da Assistência Social?

Nessa minha militância de mais de 20 anos na Assistência Social, nunca imaginei que ia ver na região de Itaquera, Guaianases e Artur Alvim tanto morador de rua. Não sei o que está acontecendo. Não sei se foi algo que fizeram na Cidade, aqui no centro, não sei se foi a limpeza higienista que fizeram na cracolândia, que fez com que os moradores de rua fossem tudo para o fundão da zona Leste. Acredito que na zona Sul também deve ter bastantes moradores de rua agora.

Lutamos por um orçamento bom para a Assistência Social porque São Paulo é uma cidade muito vulnerável e desigual, apesar da sua riqueza. Agora, quando a gente vem pedir um orçamento justo para a assistência social, a gente escuta o contrário: que foram cortados recursos do orçamento. Ouvi dizer que foi em torno de 14% do Orçamento da Assistência Social. Isso é um absurdo, gente! E nós estamos considerando um prefeito progressista! A gente elegeu Fernando Haddad com muita esperança de que São Paulo melhorasse, porque vivemos, na política de São Paulo, um período de grande atraso. Foram três governos com os quais não pudemos contar muito na área da assistência.

Para terminar, quero dizer que é inconcebível uma cidade tão desigual, com todos

os problemas que apontamos, que ainda sejam cortados recursos da assistência. O Prefeito dizia, quando recebeu o Fórum em seu gabinete, que aqueles 20 centavos da passagem de ônibus teriam que sair de algum lugar. Agora, vai sair exatamente da assistência social? Isso é um absurdo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Sr. Luiz Rezende, diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo – Sindsep.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. LUIZ REZENDE – Bom dia a todos. Professora Leda, com todo respeito, me chamou muito mais a atenção o que a senhora não disse do que o que foi dito. A senhora apresentou cortes das mais diversas ordens para todos os setores, mas não respondeu uma questão direta feita por um servidor público, diretor de equipamento social, que é o Sérgio, colega de diretoria do meu sindicato, qual seja: qual é a política pública do governo Haddad para os servidores públicos?

Essa discussão pode parecer, num primeiro momento, corporativa, mas valorizar o servidor e o serviço público tem a ver com valorizar o teatro vocacional, o transporte escolar, a assistência social. Longe de ser uma discussão corporativa, fizemos uma pergunta direta à Secretária de Planejamento do governo Haddad: qual é a política de valorização do funcionalismo público que tem o governo que se diz democrático? Isso não foi respondido.

Temos alguns indicativos do governo, e são preocupantes, professora. Porque o servidor público da Prefeitura de São Paulo não quer utilizar a Prefeitura como um trampolim para ir para outro cargo ou unidade estadual ou federal, deixando o serviço público com falta de continuidade. Há um problema hoje no serviço público de São Paulo: o nível superior da Prefeitura de São Paulo. Quem entra com graduação um salário inicial de carreira de 1,8 mil reais, menor do que o inicial de carreira do nível médio do Governo Federal. O Prefeito Haddad e a Secretária Leda apresentam uma proposta de transformação dos salários sobre a base de subsídio. É importante entender por que há tanta resistência; é importante que a professora

Leda e os Vereadores entendam por que há tanta resistência a uma proposta que se apresenta, num primeiro momento, como positiva, afinal de contas, existe, numericamente, uma valorização de ganhos. Somos contra porque a proposta acaba com o prêmio por antiguidade – com o quinquênio, com a sexta parte. Quem defende o prêmio por antiguidade é quem defenda continuar na carreira, é quem defenda fazer história no serviço público, é quem não defenda usar a Prefeitura de São Paulo e suas secretarias como um trampolim para outros cargos.

Isso tem acontecido, e mencionar, como exemplo, Secretária, o especialista em meio ambiente. É um cargo novo; salvo engano, aconteceu um concurso até hoje, e mais de 60% de quem tomou posse nos últimos três anos já foi embora porque 1,8 mil reais como inicial em carreira de nível superior é tratar o servidor público quem tem um trabalho fundamental nas subprefeituras, nas escolas, nos CEUs e em todas as secretarias como um prestador de serviço de baixa qualidade.

Vou refazer a pergunta e espero que desta vez seja respondida: qual é a política de valorização do servidor público? Qual é a política de valorização do serviço público do governo Haddad? Porque essa pergunta não foi respondida, e estamos temerários de que a proposta de subsídio, tirando prêmio de antiguidade como quinquênio e sexta parte, vise ser mais sedutor para novos concursos – como a professora Leda e o negociador **Christian** Parente comentaram – do que a valorizar aqueles que já estão na carreira. Todos aqui sabem que se não houver servidor público a Cidade não anda. Todo mundo aqui sabe. Nosso trabalho é digno porque estamos todos os dias lá na ponta com a população.

Termino fazendo um pedido. O ex-Secretário Rubens Chammas, de um governo que não prezava muito pelas relações democráticas, em todas as audiências públicas divulgou, distribuiu impresso a apresentação orçamentária. Isso não foi divulgado. Eu queria perguntar se existe alguma condição – acredito que sim, pelos assessores que estão aí – de imprimir imediatamente e entregar para todo mundo a apresentação orçamentária, porque é o mínimo

que um governo democrático deveria fazer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Passo a palavra à Sra. Secretária Leda para as respostas.

A SRA. LEDA PAULANI – Vou começar ao contrário, respondendo primeiro ao Luiz, porque assim aproveito para responder uma pergunta feita também pelo Leandro, que deixei passar na hora em que respondi. Não sei se o Leandro ainda está por aqui. (Pausa)

Leandro e Luiz, esta não é a primeira audiência pública sobre o Orçamento. Já houve uma primeira audiência aqui em que a apresentação ficou ao encargo do Executivo. O Executivo fez essa apresentação. Tudo isso está disponível no *site*, no www.planejasampa.prefeitura.sp.gov.br. As planilhas que apresentamos, a própria proposta de lei orçamentária *etc.*, tudo está disponível lá.

Houve uma primeira audiência pública feita antes da votação dessa proposta de lei em primeiro no Plenário, cuja apresentação estava a cargo do Executivo. Esta já é uma segunda audiência pública, que está sendo feita entre a primeira e a segunda votação em Plenário desse projeto de lei. A apresentação não ficou a cargo do Executivo, mas a cargo da relatoria da Comissão de Finanças e Orçamento do Legislativo, porque cabia agora justamente mostrara que alterações a relatoria da Comissão de Finanças e Orçamento fez no projeto de lei que aprovado. O que foi aprovado em primeira foi o substitutivo daquilo que o Executivo enviou. Portanto, a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal se encarregou dessa apresentação e a fez. Lamento, mas quero deixar claro que não estava a cargo do Executivo, não era de nossa responsabilidade fazermos apresentações, distribuir planilhas *etc.* O propósito desta audiência pública é justamente não só mais uma vez o Executivo estar aqui para responder os questionamentos do público, mas também mostrar qual foi o substitutivo aprovado, quais foram as alterações efetuadas na proposta de lei que o Executivo enviou.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Se a senhora me permite, Secretária, como foi citado o relator – e no Parlamento temos este costume -, creio que ele tem o direito de

se pronunciar. Tem a palavra o Vereador Relator Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, Secretária, Secretários adjuntos, público presente, ouvi aqui mais de uma fala - acho que o Leandro se manifestou nesse sentido e também outra pessoa – pedindo a tela *etc.* As telas foram apresentadas pela Comissão de Finanças e Orçamento, que foram aprovadas no primeiro relatório. Elas serão públicas. Pedi inclusive que fosse checado se elas já estão disponíveis no *site*. Foram três as alterações feitas pelo Relator e aprovadas pela Câmara Municipal, que são as que estão aqui.

A Secretária tem razão: na realidade, elas não têm nenhuma relação direta com o Executivo, pois fizeram parte do debate na Câmara. Peço para que as telas sejam recolocadas e também para que seja disponibilizada pelo *site* uma cópia até para que vocês tenham acesso. Basicamente, o que foi apresentado foram as alterações nas subprefeituras, que foi um debate feito ao longo das nove audiências públicas regionais, o corte e ajuste do IPTU em função da trava aprovada pela Câmara Municipal e a mudança no índice de remanejamento, além de algumas mudanças pontuais, que não afetam áreas específicas.

Estou pedindo para que seja colocada a tela com o ajuste de 167 milhões, bem como as demais telas. Quem precisar de cópia e não quiser acessar o *site*, disponibilizaremos sem problemas. Trata-se das alterações pontuais entre a primeira audiência e a primeira votação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Devolvo a palavra à Sra. Secretária.

A SRA. LEDA PAULANI – Mais uma vez, com relação à questão dos servidores, Leandro e Luiz: o próprio Prefeito já esteve falando com todos os sindicatos reunidos explicando a situação. É evidente que nossa tradição é de valorização dos servidores, nossa tradição é de prestigiar o serviço público. Eu disse isso a vocês na primeira reunião que tivemos ainda na transição – não me lembro se o Sérgio e o Leandro estavam presentes. Meu apreço pelo serviço público e pelos serviços dos servidores vem não só do fato de que eu

também sou uma servidora pública, sou professora da Universidade de São Paulo; mas também pela minha experiência no Estado. A experiência que eu tenho com os servidores é muito boa. Os servidores sempre respondem àquilo que espero que eles façam. No meu memorial do concurso de titular da Universidade de São Paulo isso está escrito com todas as letras: que a minha passagem pelo Estado, no caso, pelo Executivo da Prefeitura de São Paulo, me fez ver que o discurso de ser sempre contra os servidores - que começou de uma forma muito demagógica com aquela famigerada caça aos marajás do ex-Presidente Collor e foi difundido e abraçado pelo discurso liberal – não condizia realmente com a realidade. Ainda que haja servidores que não cumprem com suas obrigações, a enorme maioria cumpre, e sabemos da importância que eles têm.

Portanto, do ponto de vista do nosso respeito e da nossa expectativa do que podemos fazer pelos servidores da Prefeitura de São Paulo, quanto a isso vocês não podem ter nenhuma dúvida, tampouco podem ter dúvida em relação à transparência desse processo e à disposição de diálogo do Executivo para com os sindicatos e os servidores. Acho que já demonstramos isso ao longo desse ano inaugurando o Sinp, ao conversarmos – eu e o próprio Prefeito - com vocês algumas vezes. Acho que não pode haver dúvida em relação à disposição, à transparência e à valorização, que temos por princípio.

Agora, as restrições objetivas existem. Precisamos dar conta de todas as demandas e todas as carências da Cidade. Acreditamos na participação, procuramos fazer isso da forma mais participativa possível; mas persiste aquela velha história do sapato 33 no pé 44: temos restrições objetivas que fazem com que, se colocarmos todos os setores representados e mais os servidores, todos reclamem. A Cidade é complexa, acumula carências sociais de décadas, e não é em uma única gestão que conseguiremos resolver todos os problemas.

A mesma resposta eu dou, mais uma vez, para a questão da assistência social.
Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Ouviremos agora a Sra. Mardem Soares

Moreira. Em seguida, Fernando de Assis Bento e Alda Maria de Abreu.

A SRA. MARDEM SOARES MOREIRA – Bom dia a todos os presentes. Sinto-me contemplada com a fala da Célia. Eu também gostaria de ter essas respostas.

Sou assistente social Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência – NAISPD, que é conveniado com a Secretaria de Assistência pela entidade Associação Comunitária Monte Azul. No nosso dia a dia, temos muitos desafios. Assim como a Célia falou, precisamos procurar, lá dentro mesmo, recursos para dar conta de um bom atendimento para esses jovens. E, apesar de todos esses desafios, a gente ainda consegue chegar a um ponto, não o melhor, mas conseguimos oferecer algumas coisas para esses atendidos, que contempla eles.

Só que, muitas vezes, somos esbarrados em nossas dificuldades quando a gente chega nos equipamentos, no CRAS e no CREAS, por falta de profissionais para atender e eles também não conseguem nos dar respostas porque são poucos para atender a uma região muito grande e existe a proposta de ampliação desses serviços.

Aí eu gostaria de fazer uma pergunta, se alguém da Mesa souber me responder, é se dentre dessa verba que está disposta, se está incluso o repasse para esses profissionais. Se o orçamento da Assistência está incluso essa nova contratação da ampliação dos serviços, dos equipamentos? Se o RH está incluso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Se tem verba inclusa para o aumento do número de funcionários?

R – Isso. E as entidades como ficarão? Se hoje a gente já passa um perrengue danado para conseguir fazer o atendimento, imagine tirando, ainda, essa ampliação, que é necessária? Vai complicar ainda mais para as entidades que fazem o trabalho de ponta. O que vai sobrar para a gente, se vai ter de diminuir?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Sr. Fernando de Assis Bento, trabalhador da Política da Assistência Social.

O SR. FERNANDO DE ASSIS BENTO – Bom dia a todos e a todas.

Sou trabalhador da Política de Assistência. Venho referendar o Fórum de Assistência Social que já falou sobre a recomposição orçamentária e é sobre isso.

Na minha concepção, é uma vergonha a gente pedir a recomposição quando, na verdade, ela deveria ser uma ampliação. Então, a gente aqui, mais uma vez, como política para pobre, ela é pouco valorizada. Ela é vista como gasto e não investimento.

Aí, eu só gostaria de dizer que ela é considerada de não tanta importância pela própria execução da Política de Assistência. Sou trabalhador dessa Política e a execução dessa Política, no Município, é realizada por 374 organizações sociais, conveniadas com a Prefeitura, que executam mais de 90% dos serviços da população desta cidade.

A gente vê, por esses dados, uma primazia não na responsabilização do Estado. A gente sabe, como foi dito pela Professora Leda, é uma questão já histórica, mas no primeiro ano de votação do Orçamento é um balde de água fria para quem está.

O ano passado, os trabalhadores das organizações sociais, para quem não se recorda, com a mobilização que foi feita, entraram em estado de greve, porque não foi feita a recomposição que tanto era solicitada anualmente. Enfim, mais de dois anos sem uma recomposição salarial. Aí eu pergunto: se os trabalhadores das organizações sociais, e não estou aqui para defendê-las porque a responsabilidade do Estado é em executar, as organizações sociais deveriam ser um complemento para essa política.

Então, eu gostaria simplesmente de fazer uma pergunta: se os centros de acolhida, que são responsáveis por acolher as pessoas em situação de rua, os serviços de acolhimento institucional para a criança e adolescente, os serviços de convivência, de proteção à mulher vítima de violência, pararem nesta cidade, o que acontece?

Então, a redução do Orçamento impacta várias coisas,

No Plano de Metas do Governo Haddad tem a implantação de 60 CRAS e mais 7 CREAS, um por subprefeitura, que é a porta de entrada da política de Assistência Social.

Para chegar a esse número, até o final da gestão, seriam 15 CRAS por ano. Então, eu não sei como será feito para o cumprimento dessa meta, mas uma coisa que o Conselho Municipal de Assistência Social publicou é que para executar e ampliar o serviço é necessário concurso público, porque os CRAS e CREAS hoje já estão defasados. Como já foi dito, foram feitos 100 mil cadastros para o Bolsa Família, ainda tem um déficit de mais 100 mil. No começo da gestão, esse déficit era mais de 200 mil.

No dia 16 ao dia 19, em Brasília, na Conferência Nacional de Assistência Social, será discutida a gestão e o financiamento do SUAS. Vemos que o Município de São Paulo na questão do financiamento e orçamento está deixando a desejar porque não está cumprindo deliberação de conferência, discussões feitas. Estamos aqui manifestando a nossa insatisfação na política que deveria ter investimento e não só na política de assistência, como em todas as outras. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra a Sra. Alda Maria de Abreu, do Programa de Formação da Secretaria de Cultura.

Você não é Alda Maria de Abreu, eu acho.

A SRA. ALDA MARIA DE ABREU – Poxa vida. (risos)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Você é Alda?

A SRA. ALDA MARIA DE ABREU – Eu sou Alda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Então, com a palavra a Alda e os representantes da Alda. Fique à vontade.

A SRA. ALDA MARIA DE ABREU – Meu nome é Paulo Fabiano. Estou representando os programas de formação da Secretaria Municipal de Cultura, o vocacional e o Pia.

Os artistas da Cidade que fazem parte desses programas estão mobilizados há mais de um ano buscando criar uma reestruturação nesses programas de formação dentro da Secretaria. Toda essa mobilização se deu na passagem da gestão, pois achávamos que

existiria a possibilidade de conjuntamente refazermos os programas na Secretaria, assim como eles foram concebidos na gestão do Celso Frateschi e da Marta.

Foi um longo caminho, fizemos vários movimentos. No ano passado estávamos aqui, neste mesmo momento, levantando emendas e conseguimos essas emendas para a Secretaria de Cultura e, logo em seguida, elas foram congeladas e estamos aqui novamente neste mesmo movimento.

É importante entender que toda a mobilização é para que os artistas que estão nesses programas e são ligados a um projeto histórico, desde décadas, da relação dos artistas com o cidadão. Para que a gente mantenha essa estrutura, nós propusemos mudanças na forma de contratação e na duração desses programas na Cidade. Para isso, fizemos reuniões e participamos com assessores da Secretária da Frente Parlamentar tratando da questão do orçamento da Cultura. Essas questões foram colocadas.

Exatamente neste momento estamos tentando junto aos Srs. Vereadores emendas suficientes para que o programa se dê da forma como foi proposto, que tem um tempo maior durante o ano para atender à população.

O valor necessário para isso – foi levantado – é em torno de três milhões e estamos esperando a resposta com relação a isso para que a Secretaria inclusive se articule para fazer a contratação para que não haja hiato na relação do trabalho com a população da Cidade.

Outra questão ampla e bem mais profunda diz respeito a uma luta também histórica dos artistas da cidade de São Paulo e do Brasil todo, que é um elemento fundamental para que a gente comece a mudar as coisas no nosso país: o entendimento da necessidade da mudança de relação do Estado com o artista, o pensamento corporativo insiste em tratar a relação do artista como um objeto, como uma mercadoria. Não é o caso, enquanto esse pensamento não mudar essas relações continuarão travadas em esquemas burocráticos de difícil solução.

Nesse sentido estamos todos juntos, porque estamos no programa vocacional, mas

somos artistas da Cidade e estamos aqui também para que se reveja a situação do orçamento da Cultura que parece não ter sido esclarecido nessa planilha, quanto de fato foi resolvido afinal para o orçamento da Cultura. Queremos saber isso e qual foi de fato o movimento feito para que se atingisse uma proposta que veio da própria Secretaria - o assessor Felipe está presente, estimemos juntos lá – sobre o aumento gradual e nada foi esclarecido.

Então queremos saber sobre isso como artistas da Cidade e também como anda a questão das emendas, porque precisamos tratar essas questões com os companheiros todos e com os vocacionados da Cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Gostaria de aproveitar a oportunidade para responder algumas das questões. Vocês fazem parte de um grupo que está aqui na Câmara já há algum tempo reivindicando essa questão. O valor que vocês reivindicam é de 4 milhões e o Executivo colocou 1 milhão no orçamento. Estou querendo ser mais claro para que todos possam entender e acompanhar mais de perto isso.

Tivemos uma reunião que você não citou, eu junto com o Vereador Relator Paulo Fiorilo e vocês todos estavam presentes. Pedimos ao relator que fizesse contato com a Secretaria do Planejamento no sentido de reverter porque acreditamos que 3 milhões de reais, o que falta, é muito pouco para 50 bilhões de orçamento. É pouco.

Então vou deixar claro à Secretária para que possa responder e estou dando um quadro do que ocorreu. Este Vereador está apresentando uma emenda de 250 mil reais, uma emenda parlamentar para colaborar, porque tive resposta do relator que o Governo não acatou os 3 milhões a mais. Nesse sentido se o Governo acatasse os 3 milhões eu não precisaria apresentar a emenda parlamentar. A informação que eu tive e que está no processo continua 1 milhão, então eu coloquei 250 mil reais e aguardo que os Srs. Vereadores, como vocês citaram, e outros Vereadores também colaborem.

Então estamos aguardando esses outros Vereadores até hoje, às 19h, que é

quando encerra a apresentação das emendas. Aguardo que vocês tenham conversado com os Srs. Vereadores, porque o trabalho de vocês é super positivo, o retorno para a cidade de São Paulo é incrível e o valor é muito pequeno. Acho que é muito pequeno em relação à necessidade da Cultura na cidade de São Paulo. Muito obrigado a vocês pelo momento.

Passo a palavra a Sra. Secretária, ou o Sr. Adjunto, ou o Secretário de Finanças para que possa responder a pergunta das três pessoas que se pronunciaram.

A SRA. SECRETÁRIA - Com relação, mais uma vez, à Assistência Social, só para esclarecer, o que está no programa de metas deve ser cumprido, os equipamentos, os CRAS e CREAS a mais, 60 CRAS e sete CREAS. No plano plurianual isso foi orçado prevendo já o gasto de custeio que esses novos equipamentos vão trazer. E em paralelo a isso já está tramitando na Secretaria do Planejamento a solicitação de concurso público para assistente social no Município de São Paulo e deve sair no começo do ano.

Com relação à Assistência Social é isso que eu tinha de acrescentar, sem deixar de lembrar que reconhecemos a insuficiência dos recursos, mas também na Saúde, Cultura, para todo lado. Se o nosso Orçamento fosse de 100 bilhões teríamos menos insatisfeitos. Temos uma obrigação de com o Orçamento reduzido atender minimamente a todas as áreas e reivindicações. Não temos recursos suficientes para que menos pessoas fiquem insatisfeitas nas suas devidas áreas.

Falando da Cultura, essa ação tem hoje tanto o Vocacional como o Piá tem proposto no Orçamento para 2014 um milhão de reais. Vocês estão pleiteando mais, não se trata de acatar ou não, não estamos em fase de mudar nada, fizemos a proposta, agora, cabe ao Legislativo ajustá-la. Ficou uma lição de casa para a militância e movimentos que era de apresentar exatamente um projeto de como seriam gastos esses recursos. Até onde sabemos isso não chegou a nós, não sei se chegou a algum Vereador?

Gostaria de falar do Orçamento da Cultura como um todo. Na primeira audiência houve uma reivindicação de que tem de ter 2% do Orçamento para a Cultura. Se formos somar

tudo o que todo mundo quer para as suas áreas, vamos chegar a um Orçamento de 150%, o que é impossível.

A área da Cultura, tirando aquelas áreas que tem muitos recursos substantivos a mais, mas que são do PAC (drenagem, corredores e habitação) a área que mais cresceu foi a da Cultura. Teve um crescimento em torno de 15% a 20% no Orçamento. É uma preocupação do Prefeito e discutimos com ele de fazer crescer a participação da Cultura no Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Sr. José Roberto da Costa, da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo. O senhor é funcionário da Prefeitura?

O SR. JOSÉ ROBERTO DA COSTA - Vim falar da situação dos agentes vistoros. Nós recebemos um piso de 1.600 reais, enquanto o nível superior recebe um salário básico de 1.800. Nós recebemos abaixo do nível superior e também não tem nenhuma proposta de aumento para nós. Eu queria saber sobre concurso público porque estamos muito pressionados.

Eu, por exemplo, trabalho de terça a domingo. Eu vim hoje porque trabalhei no Conselho Participativo e aproveitei para tirar uma folga e vir aqui. Fico de plantão toda quinta-feira neste mês na Defesa Civil. São plantões de 24h e ando muito estressado. Então, queria ter uma ideia se haverá concurso público.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – O senhor queria saber se haverá concurso público na área que o senhor atua.

Vamos ouvir Sr. Naldo Rodrigues, do Instituto Rogacionista.

O SR. NALDO RODRIGUES – Só queria fazer uma reflexão. A professora Leda falou muito bem sobre a questão da dívida do Município de São Paulo, que é histórica e impagável, mas também há outra dívida histórica na cidade de São Paulo no atendimento da área da Assistência Social.

Como educador, também no atendimento dos usuários a gente percebe que precisa muito mais de uma política arrojada de atendimento levando em conta tanto os educadores

como os usuários que são atendidos em todos os serviços da Assistência Social na cidade de São Paulo.

Sabendo do pressuposto da importância para disparar a questão da cidadania em todos esses atendidos tanto no Cedesp, do CCA, nos albergues e todos os serviços da assistência. Então, eu acho que no horizonte da política pública da Assistência Social tem de estar, de fato, os usuários. O horizonte está obscuro. Ela fez uma previsão e está obscuro para o próprio governo, eu acho que não pode faltar esse horizonte para os usuários e para todos os atendidos pelos serviços da Assistência Social e para os educadores que são comprometidos com o atendimento. É só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Agradecemos ao Sr. Rodrigues e agora vamos ouvir o Sr. Carlos Nambu, FAS São Paulo.

O SR. CARLOS NAMBU – Bom dia a todos. Não entrarei no mérito da visão técnico-orçamentário de distribuição do orçamento, porque não seria o debate de agora. Vou colocar uma visão técnico-social.

O orçamento quando vai das Secretarias para o Planejamento, não há nenhuma conversa técnico-social com os atores antes de vir ao Legislativo, que evitaria todo esse tipo de problema.

Parece que o planejamento é uma caixinha fechada e que de lá vem a tesoura e vem para cá. A gente nunca sabe qual foi o corte realizado que chegou ao Legislativo. Talvez, seria até uma proposta de uma lei para que essa tramitação mudasse e que se consultasse a base para depois enviar ao Legislativo.

Entrando nessa visão técnico-social, queria dizer que – já foi falado pela Célia - vemos o governo, inclusive um item, uma ação orçamentária - ela fala de superação da extrema pobreza. Fala-se da superação da extrema pobreza, e o Governo defende isso, inclusive o Governo Federal.

Tivemos corte para a população em situação de rua, tivemos corte para a política

de mulheres, tivemos corte para serviços para criança e adolescente, tivemos corte de 13 ILPI para os idosos, tivemos corte de serviços para pessoas com deficiência. Então qual será esse investimento? E pela previsão do PPA proposto pelo Executivo, não há ampliação de serviço nos quatro anos. Lá está prevista a manutenção da forma como está, nem reajuste se prevê na tabela de elementos de despesas. Então é preocupante esse investimento no problema e não na causa.

Onde está o respeito à Lei de Parceria vigente? Porque reajuste da tabela de custeio é repor para não precarizar o serviço. Onde está o respeito à prioridade absoluta – criança, adolescente e jovem –, o Estatuto da Criança e do Adolescente? Onde está o respeito ao Estatuto do Idoso, à Lei Maria da Penha e outras legislações?

Por isso que estou entrando no mérito de uma colocação técnico-social, que eu acho que deveríamos conversar com o Planejamento antes de mandar aqui essa discussão técnica-social antes de vir para o Legislativo.

Estamos falando, na fala da Secretária Leda, de investimento para o bem estar da população. Mas não foi bem distribuído, tendo em vista o bem estar da população.

Como que vamos promover o bem estar da população se esse investimento não é feito nas pessoas, se esse investimento não é feito no futuro, nas crianças e adolescentes de hoje?

A implantação desses serviços é importante e não estão tendo esse olhar técnico-social, e a gente tem outro tipo de debate.

Vamos apresentar uma emenda que justamente recompõe, e esperamos ver na votação o apoio dos Vereadores para essa emenda da Assistência Social, pensando nesse investimento e nas normativas vigentes.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Duas perguntas que eu gostaria de fazer. Desculpe a minha ignorância, mas o que é FAS?

O SR. CARLOS NAMBU – Fórum da Assistência Social do Município de São

Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Outra questão Sobre a emenda, o senhor falou “nós vamos apresentar”.

O SR. CARLOS NAMBU – “Nós”, porque somos um coletivo de mais de 500 entidades. Então vamos apresentar uma emenda...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Eu só queria lembrar ao senhor que as emendas parlamentares terminam hoje, às 19h, aqui no Plenário. Vocês estão apresentando via um Vereador, é isso?

O SR. CARLOS NAMBU – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Qual vereador?

O SR. CARLOS NAMBU – Não sei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – É, para poder colaborar com a emenda. Já que o senhor está falando em uma emenda, é bom que os senhores fiquem sabendo da emenda.

(NÃO IDENTIFICADO) - Pelo Relator Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Ah, o Vereador Relator está apresentando uma emenda de sua autoria? Muito obrigado.

Tem a palavra o representante do Poder Executivo.

A SRA._____ - Acho que, de novo, se repetiu aí a questão do assunto da assistência social.

Com relação aos agentes vistoros. Bom, a questão da política salarial está no mesmo contexto das demais. Não tenho informação de solicitação de concurso de agente vistor. Desconheço, mas pode ser que existe. Mas até onde eu sei, não tem nada tramitando nesse sentido na Sempla.

Queria falar um pouco sobre a tramitação do processo orçamentário. O Planejamento não é onisciente, onipotente ou onipresente para saber tudo sobre tudo e

conhecer todas as demandas, etc. Evidentemente, a Secretaria de Planejamento trata apenas de organizar todas as propostas orçamentárias que vem de cada uma das Pastas. Quando somamos todas as levas de propostas que recebemos das Secretarias, deu 70 bilhões. Mas, como o nosso orçamento, como já estimado, na melhor das hipóteses, iria chegar a 50 bilhões, como diríamos sim a todas as propostas de todas as Secretarias?

Digo isso por conta do que foi exposto aqui sobre a visão técnico/social, porque as Secretarias têm uma cadeia de transmissão dos movimentos sociais, cada um dos Secretários sabe perfeitamente onde estão os movimentos, as demandas e como elas estão organizadas. Isso vem até o Planejamento por meio das propostas das Secretarias.

Ora, mas não é possível a Secretaria de Planejamento acatar e fechar uma proposta de 70 bilhões de reais se sabemos que o orçamento será de 50 bilhões. Esse trâmite orçamentário é normal e se estabelece um processo de negociação com as Secretarias até conseguirmos encaixar as demandas dentro do recurso que tem. Infelizmente é assim que tem que ser.

Não se trata apenas de fechar a peça orçamentária com uma visão exclusivamente tecnicista, mas há toda uma consideração política, uma negociação com os Srs. Secretários de cada Pasta.

Era o que eu queria esclarecer. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Sr. Allan Carvalho, do Fórum de Transparência, Participação e Controle Social.

O SR. ALLAN CARVALHO – Bom dia. Vou começar comentando a fala do Carlos Nambu, do FAS São Paulo, uma organização de articulação da sociedade civil que atua há mais de 20 anos nesta cidade, ilustrando as políticas citadas. Tenho certeza de que os senhores, principalmente quem está na tribuna, já devem ter visto um cidadão ou uma cidadã revirando um saco de lixo em busca de alimento. Tenho certeza de que vocês já viram uma criança na mesma situação nas ruas da nossa cidade, dormindo no chão, ao relento. Não sei

se vocês já tiveram oportunidade de pegar no colo um bebê de dois anos com mais de 60 queimaduras de cigarro, vítima de violência doméstica. Não sei se vocês já tiveram oportunidade de conversar com uma criança vítima da violência da exploração sexual ou de atender uma criança nessas circunstâncias num dos equipamentos ou até presenciar como se dá esse atendimento. Não sei se vocês já presenciaram uma rebelião de dentro de uma unidade da FEBEM. Não sei se vocês já visitaram algum abrigo. Não sei se vocês já perambularam pelas madrugadas de São Paulo, verificando qual é a real condição da população em situação de rua. Não sei se vocês foram ao abrigo emergencial da Zachi Narchi, embora seja tarefa desta Casa fiscalizar os atos do Executivo na execução das políticas públicas. Nós fazemos isso cotidianamente.

Então, governar, é, antes de tudo, definir prioridades. E, quando escuto o discurso de que dinheiro não dá para todo mundo numa gestão que tem uma característica dessas, numa gestão de um homem que se dizia novo, que ia diminuir a distância entre a Cidade rica e a Cidade pobre, parece que estou vivendo um pesadelo. Nunca pensei que fosse precisar fazer um discurso desses sobre um governo com essa característica e que terminou sua campanha com a população de rua, numa casa de oração, dizendo: “Termino aqui a minha campanha porque é aqui que eu vou começar o meu governo”. É disso que se trata.

Além disso, quando a Secretária diz que ouve as Secretarias e que cabe a ela organizar e que a lição de casa das Organizações Sociais é apresentar emendas para corrigir isso, parece que eu estou em outro capítulo do mesmo pesadelo, porque, se esta Casa fiscalizasse os atos do Executivo, constataria que essa peça orçamentária tem um vício de gênese, pois não cumpre a lei federal e a Lei Orgânica da Assistência Social, que foi modificada pela Lei 12.435, que dá reconhecida atribuição ao Conselho, pelo Tribunal de Contas da União, que não é um órgão de militância, mas um órgão técnico, cuja atribuição é deliberar para a proposta orçamentária ser encaminhada pelo Executivo. Infelizmente, mais uma vez neste governo a Secretaria de Planejamento se junta ao “clube dos jardineiros infiéis”,

cortando linearmente, ou com algum critério de composição, que não atendem essa população que citei no início da minha fala, que é o objeto da ação das políticas.

A Assistência Social preconiza a intersetorialidade. Então, é necessário o fortalecimento das demais políticas. Mas, se há necessidade de definir prioridades, cada área é demandatária de uma ação de uma política pública. O cidadão que precisa de uma assistência social, que demanda o serviço da Assistência Social é um atestado vivo da incompetência do Estado na execução de todas as políticas públicas, porque ele não foi atendido pela saúde, pela educação, pela habitação, não foi atendido por ninguém. É nessa hora que ele vem para a Assistência Social. (Palmas)

Na hora de o governo definir prioridades, ele tem que ter esse olhar, pois essa é a área que trata da cidadania mais sucessivamente violentada que habita esta cidade. Então, não dá para justificar que, como o dinheiro não dá para todo mundo, todo mundo tem que perder.

Vamos aos números. De onde tirar, de onde remanejar, emendas até as 19h de hoje. Desporto e lazer, mais 74,9%. É triste. Pensando na intersetorialidade da política, de que os cidadãos têm direitos assegurados, conforme, como já se especificou, por diversas legislações federais, é triste para nós vir aqui para dizer que a questão do desporto e lazer, em tese, seria menos importante. Mas, já que temos que definir prioridades porque o recurso não dá para todo mundo, esses 15,7% que foram retirados da Assistência Social, dessa cidadania violentada cotidianamente, quem é definir quem mais vai para a rua? Vai aumentar a população de rua? Vai aumentar o número de crianças e adolescentes sem acolhimento institucional? As mulheres vítimas de violência também vão ficar com o atendimento ainda mais prejudicado? Não se garante sequer a manutenção do que se tem, quiçá a ampliação.

Como membro do Fórum Transparência, Participação e Controle Social, criado na I Conferência Nacional de Transparência, Participação e Controle Social, não vim aqui solicitar ou pedir, mas exigir, porque, como diz a nossa Constituição, todo poder emana do povo, e os

governos estão usurpando o exercício direto da democracia participativa quando não acolhem aquilo que as organizações e os fóruns reivindicam. Para atender à legalidade, o mínimo que se espera é a recomposição do orçamento nos termos aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Como militante, nunca pensei que fosse ter que usar tanto da lei para um governo como este, numa gestão como a que está à frente desta Casa, para garantir, nada mais, nada menos, o que é direito do cidadão e dever do Estado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Agradecemos a participação do Sr. Allan Carvalho.

Tem a palavra o Sr. Carlos Antonio, do Sindicato dos Engenheiros. Em seguida, Sra. Maria do Rosário Ramalho.

O SR. CARLOS ANTONIO – Bom dia a todos. Nobre Vereador Tripoli, em nome de quem saúdo todos os Srs. Vereadores presentes; Secretária Leda Paulani e os representantes do Executivo, as nossas saudações.

Estávamos ouvindo a fala da Secretária Leda e nos preocupou a questão da rubrica, do repasse de verbas, referentes ao Iprem, ser agregado aos gastos com pessoal.

Qual é o impacto em recurso, qual é o valor que será repassado? Essa é uma previsão orçamentária para gastos com pessoal e, no que diz respeito, o pessoal da ativa sofrerá uma redução bastante grande nesse sentido. Quero lembrar que o pessoal do nível universitária da Prefeitura se encontra, desde 2007, sem reajuste salarial. Por isso que a nossa faixa esmola de 0,01%, nunca mais.

Pedimos valorização, pedimos tratamento digno. Vou falar em nome dos Engenheiros e fico tranquilo para reiterar as palavras dos companheiros Sérgio Antiqueira, do Leandro, do Luiz Rezende, do Sindsep. Como cidadãos, nós engenheiros somos solidários com todos da questão, pois lutamos por uma Cidade melhor e qualidade de vida, sobretudo para o pessoal mais humilde, esses que mais precisam do serviço público, seja saúde, educação, segurança.

Então, o Engenheiro está junto com a população, é ele que vai resolver problema de incêndio, desmoronamento, uma série de coisas. No entanto, desde 2007 que ele não recebe reajuste salarial. São 40% em média. É muita perda.

O Sr. Sérgio veio aqui falar de política salarial. É importante, porque não basta conversarmos apenas, Sra. Secretária. Nós entendemos as dificuldades, mas é só fazer um levantamento da sua pasta que a senhora vai verificar a perda salarial nesse período de 2007 até agora é devastadora, chega a ser perversa.

Outra questão que pedimos é que se discuta uma política salarial. Querem implantar subsídio? Como ficam os demais? A senhora reiterou no nosso último encontro que, aos demais, não seria obrigatória a adesão, seria opcional. Então nós precisamos ter uma política que reponha essas perdas e que melhore a entrada do pessoal da Prefeitura, porque ninguém está parando, e isso é grave.

Quanto ao Legislativo, nobre Vereador Tripoli, solicitamos que seja dada uma atenção especial para a lei salarial da Prefeitura, Lei 13.303, para prever reposição de perdas da inflação, porque é desumano um reajuste de 0,01. Nem esmola é, isso é um tratamento indigno, chega a ser desrespeitoso.

Então, encerro a minha fala me solidarizando a todos os que estão reivindicando por justiça social.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Nós que agradecemos a participação do Sr. Carlos Antonio, do Sindicato dos Engenheiros.

Vamos ouvir a Maria do Rosário, que é do gabinete do Vereador Nabil.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO – Bom dia. O Vereador Nabil não pôde estar aqui, está numa reunião sobre o Plano Diretor e pediu que eu falasse em seu nome.

Todos sabem que, desde a primeira audiência pública, a Cultura esteve presente e, a partir da primeira audiência específica da Cultura, desencadeou-se um trabalho de reuniões

técnicas que envolveu a Sempla, a Secretaria de Cultura e movimentos, muitos dos quais representados aqui.

A bandeira que está na conferência nacional, estadual e municipal, todos sabem, é de 2% do orçamento para a Cultura. Sabemos da situação do Município, das dificuldades que existem para se chegar a isso e propusemos que houvesse um aumento gradativo nos três anos que nos restam para chegarmos ao menos em 2% da fonte 00, que não é variável, que depende de investimento federal. Apesar disso, ainda assim, para isso precisaríamos de 75 milhões por ano para chegarmos a isso até o final da gestão. Então, fizemos uma proposta de um aumento mínimo de 35 milhões. É isso que encaminhamos ao Vereador Paulo Fiorilo, Relator, em conversas ainda informais, porque não era o momento de apresentação de emendas. Também não foi encaminhado à Sempla em função disso, mas podemos encaminhar por meio de sua assessoria, Secretária, para que V.Exa. tenha conhecimento das propostas.

Os Vereadores da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura estão apresentando uma emenda geral, que vai especificar os vários itens colocados. Não são suas emendas individuais, os dois milhões de cada Vereador, mas na proposta de que a Relatoria e de que esta Casa acatem isso, coloquem no seu relatório e votem no orçamento geral. Enfim, as propostas são para atender o Vai; o Ônibus Biblioteca; o Programa Vocacional e Iniciação Artística; o Programa Jovem Monitor, que será levado à Cidade Tiradentes; o Projeto Aldeias; o Projeto Quebradas Culturais; o projeto de preservação do patrimônio histórico; o projeto de apoio às linguagens artísticas; o Prêmio Zé Renato e Fomento à Dança; a programação do Centro Cultural da Juventude; a programação das Casas de Cultura e do Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes e a reforma de Casas de Cultura, que, como todos sabem, estão numa situação de penúria.

Essas ações somam 35 milhões e foram discutidas com a Secretaria de Cultura e com os movimentos que estão aqui e os que não puderam estar presentes. Todas as ações

são voltadas às áreas periféricas da Cidade e cobrem programas que estão bastante descobertos. Esperamos conseguir mexer de alguma forma nesse orçamento sem depender das emendas individuais de Vereadores, porque, se não for assim, a situação fica muito precária.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Como a última oradora falou em nome de um Vereador, agora tenho que abrir a palavra aos Vereadores e Secretários.

Primeiramente, tem a palavra à Sra. Secretária para que responda aos três inscritos.

A SRA. LEDA MARIA PAULANI – Em relação à questão do Allan, que citou que há um aumento de 74,9% na área de esportes e lazer, esse aumento não é com recursos do Município. São todos recursos federais para realização de investimentos, reforma e construção de equipamentos de esporte. Portanto, não é um recurso sobre o qual temos arbítrio e podemos mexer; é um recurso carimbado que vem do Governo Federal. O aumento do orçamento da Secretaria de Esportes se deve exatamente a esse fator da agregação dos recursos federais para investimentos.

Aproveito esta oportunidade para fazer uma fala mais geral. Como eu disse, a Secretaria tem que tentar compatibilizar todas as demandas. Porém, temos determinações legais a obedecer, temos as vinculações constitucionais, que são os 31% para educação, que neste ano vai chegar a mais de 32%, que são os 15% da saúde, que já está batendo quase nos 19%, que são os 13% da dívida. Não temos como não pagar a dívida. Se não pagarmos, o Tesouro Nacional sequestra nossa receita imediatamente. Então, não tem como escapar disso. Há mais os 3% de precatório, que não sabemos para quanto vai ano que vem. Colocamos uma estimativa de 3% no orçamento, mas, de fato, é uma grande incerteza que paira sobre isso. E outras pequenas vinculações, como o 1% de Pasep, e assim por diante.

Então, a margem de manobra que temos para contemplar outras áreas, como

Cultura, Assistência Social, Esportes, Recursos Humanos, Mulheres, Promoção da Igualdade Social e outras, é muito, muito reduzida. Por isso que essas áreas ficam sempre muito insatisfeitas.

Sobre o aumento em relação ao que foi aprovado no ano passado, a maioria desses recursos, cerca de 8 bilhões, se deve a recursos do PAC, é recurso do Governo Federal. O orçamento aumenta basicamente por causa do recurso do Governo Federal, do Programa de Aceleração do Crescimento, e é destinado a algumas áreas específicas, como drenagem, construção de corredores e de unidades habitacionais. Basicamente é para isso o recurso. Há algum outro recurso, como esse do esporte, há algumas outras coisas pequenas, mas a enorme maioria desses recursos é para essas três áreas: mobilidade, que é um problema crucial da Cidade; drenagem, que é também questão de moradia e de qualidade de vida para habitação, e a própria habitação, que tampouco alguém vai negar um problema de grandes proporções na Cidade dado o fluxo migratório de décadas que a Cidade sofreu sem ter condições de acolher essa população decentemente.

Essa era a fala mais geral que eu queria fazer. Quero falar também que esse exemplo do esporte não é um exemplo de que nós tenhamos alocado mal porque somos perversos, porque gostamos de ver bebê queimado com marcas de cigarro, porque gostamos de ver gente morrendo de fome. Acho que é meio infantil fazer um discurso desse e achar que somos insensíveis. O que acontece é que as restrições têm que ser obedecidas e não são restrições que dependam do nosso arbítrio, mas que dependem de dispositivos legais e derivam principalmente da Lei de Responsabilidade Fiscal e da ausência de recursos da Cidade, do pequeno montante de recursos que temos em vista das carências que se acumularam na Cidade ao longo dessas décadas todas.

Não tenho mais nada a falar. Com o Engenheiro Carlos Antonio, já conversei pessoalmente. Enfim, acho que já respondi às questões relacionadas aos servidores. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Vou passar a palavra aos Vereadores membros da Comissão de Finanças.

Primeiramente, tem a palavra o nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Acho que são superimportantes e legítimas as reivindicações dos funcionários da Prefeitura da área da Cultura e da Assistência Social.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – E dos idosos. Mas está dentro da Assistência. Os NClIs – Núcleos de Convivência do Idoso, estão dentro da Assistência.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – O que eu queria falar... Eu acho que é muito bacana o pessoal do FAS estar aqui, mas tem algo que gostaria de comentar, porque acho que não foi produtivo. Quero ter uma conversa de amigo e de quem ama a Assistência Social. Vocês colocarem no *facebook* ou no *site* o nome de alguns Vereadores como se fossem inimigos do FAS não é construtivo. Por exemplo, colocaram meu nome e sou um dos grandes defensores da Assistência Social, como também os Vereadores Paulo Fiorilo, Aurélio Nomura, nosso Presidente Roberto Tripoli e outros.

Aquela votação foi uma primeira votação do relatório. De lá para cá, há uma série de situações. Já estou vendo que o Governo abaixou muito da Assistência, mas pelo que escutei de vocês, já está conversado com o Paulo Fiorilo para poder fazer a correção.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Foi o que vocês falaram aqui. Aproveito a presença da Profa. Leda para dizer que nesta Casa temos a Comissão de Finanças. Particularmente, me orgulho bastante em fazer parte dessa Comissão, porque é o meu primeiro mandato e esta Comissão conta com grandes integrantes. Temos um grande Presidente, Vereador Roberto Tripoli, que nos deu possibilidade de desenvolver um trabalho, como o de fiscalização e de ajudar o Executivo em algumas questões, durante o ano de 2013.

Tomei a liberdade e estou distribuindo um material em razão de um requerimento de informação que fiz na Comissão de Finanças. Existia um imóvel da Assistência Social alugado por dois anos e pagando aluguel sem usar. Ainda havia uma empresa de segurança armada tomando conta do imóvel vazio e foi feita uma reforma nesse período. Vou distribuir esse material para vocês terem conhecimento.

Outro detalhe é que esta Comissão de Finanças, presidida pelo Vereador Roberto Tripoli, realizou várias audiências públicas em razão de um projeto do Vereador Aurélio Nomura com relação ao trabalho das cooperativas de poder participar das licitações. Vocês podem se perguntar o que isso tem a ver com o que estamos tratando. Na oportunidade do projeto de lei do Vereador Aurélio Nomura, o Presidente Roberto Tripoli designou uma Comissão composta pelos Vereadores Aurélio Nomura, Paulo Fiorilo e eu. Estivemos na Secretaria de Planejamento - há muito tempo – e na da Assistência Social pedindo para fazer uma adequação da lei, porque não teria sentido, fazendo uma análise da lei, até por causa do projeto do Vereador Aurélio Nomura, de impedir as cooperativas de transporte de participar da licitação.

O que aconteceu? Houve uma licitação na Assistência Social em que participaram várias empresas e o melhor valor apresentado foi de 700 mil reais por mês, de uma cooperativa. Porém quem ganhou foi a segunda colocada, com um milhão de reais por mês, ou seja, deixamos de economizar 300 mil reais por mês porque não houve um atendimento do Governo com relação ao projeto do Vereador Aurélio Nomura que, depois com muita simpatia, compartilhou a autoria do projeto.

Mas acho que precisamos trabalhar muito essas questões. É importante ter diálogo com a Câmara Municipal. Vir só nos criticar ou colocar no *facebook* uma informação que não é verdadeira... Acabei de dar dois exemplos o quanto estamos trabalhando para a Assistência Social tentando reduzir os custos, fiscalizando e ajudando a Secretaria e o Governo para fazer melhor uso do dinheiro público. Isso é ser inimigo da Assistência? De forma alguma. Estou com

emendas prontas e nem sabia que isso estava no *facebook*, agora me mostraram. Falaram-me: “Você está defendendo tanto e as pessoas batendo em você?”

Acabei de conversar com um rapaz com relação às emendas que estou apresentando: o item 6.206, de 244 vagas no CCA; o item 6.167 que é Cedesp e com relação à contratação de pessoal dos CRASs e CREASs.

Esse era um ponto que queria colocar e acho que vocês e os Vereadores desta Casa podemos construir o trabalho que vocês têm feito no FAS. Assim poderemos fazer um trabalho mais amplo, do que só discutir o Orçamento no final do ano. A gente pode discutir durante o ano inteiro como usar melhor o Orçamento. Acho que é importante.

Era isso que tinha a colocar, Presidente. Não quero me estender muito, mas vou tomar a liberdade de distribuir esse material. Com relação à licitação que acabei de falar, está no *site*, todo mundo pode ver. Aproveito a oportunidade para pedir ajuda à Secretária Leda para que façamos logo a sanção desse projeto de lei do Vereador Aurélio Nomura, porque isso vai gerar economia para a Cidade. Foi objeto de duas audiências públicas importantes na Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Passo a palavra ao Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente. Neste ano, tenho ouvido as reclamações da Prefeitura dizendo que não há recursos. Quase tudo parou na Prefeitura, se a gente for ver. Quase tudo parou, mas por incrível que pareça, a Prefeitura gastou só metade dos recursos disponíveis para este ano. Isso não se fala.

Ouvi muito bem a Secretária, os discursos, todo mundo reclamando porque há necessidade de recompor, pelo menos, essa questão da Assistência Social, ajudar a questão do idoso, do funcionário público, da Educação, da Saúde e o que a gente vê é a resposta que não há dinheiro. Mas, pasmem, com essa questão, estamos vendo que a única ação da

Prefeitura é na realidade subsidiar os barões que administram os ônibus de São Paulo. (Palmas) Essa é a prioridade deste Governo. Essa é a prioridade deste Governo.

No atual Governo, havia disponível para os subsídios 900 milhões. Em meados deste ano, aumentou mais 300; para o ano que vem, está previsto 1,651 bilhão; para 2015, 1,723 bilhão; para 2016, 1,782 bilhão e para 2017, 1,846 bilhão; perfazendo, nesses quatro anos, um subsídio absurdo que não podemos nos conformar. Precisamos reagir a isso, porque perfaz um total de mais de 7 bilhões em quatro anos para o subsídio, para esses barões. Isso representa quase um Orçamento da Educação. Não podemos admitir. E vamos analisar também o aspecto do Orçamento propriamente dito.

Existem duas ilegalidades: a primeira foi apontada por um representante do serviço social, quando levantou a questão da necessidade de análise, conforme reza a lei, de que o Orçamento deveria ser submetido ao Conselho Municipal de Assistência Social. Esse sim tem atribuição e responsabilidade legal de apreciar e aprovar o Orçamento da pasta. (Palmas) Não foi cumprido. Como se não bastasse, temos outra ilegalidade, por incrível que pareça. Há a ilegalidade com relação ao percentual da Educação que já, neste ano, incluiu os gastos dos inativos dentro do percentual constitucional e dentro do que reza a Lei Orgânica do Município de São Paulo que fala em 31%.

O que verificamos hoje é a mesma coisa, porque apesar do acordo, apesar do comunicado apesar da decisão e do entendimento do Tribunal de Contas, que fez um acordo onde se previa que seria reduzido em torno de 20% o percentual e seria realocado. O que verificamos nesta Legislatura e neste Orçamento, o Orçamento de 2014, novamente, os inativos foram incluídos na rubrica “Educação Inclusiva”, o que não é permitido por lei.

O próprio Tribunal de Contas, o próprio Tribunal de Contas notificou a Prefeitura ao saber. Eles ainda continuam a manter esses gastos.

O que nós verificamos, senhoras e senhores, é que não vamos ter recursos para nada, principalmente na área da saúde, onde vemos que dentro da Autarquia Hospitalar

Municipal vão faltar 400 milhões para fechar o ano em 2014. A partir de setembro não vai ter mais recursos nos hospitais e não se faz absolutamente nada.

Estamos verificando a questão da Educação, com relação ao erro, à ilegalidade de colocar os inativos dentro do orçamento e dentro do percentual exigido pela Constituição e pela Lei Orgânica do Município. Na questão principalmente da Assistência Social, verificamos que os recursos foram retirados sem qualquer discussão.

Foi por isso que não passou e não foi aprovado pelo Conselho. Essa é a justificativa que agora estamos entendendo, a razão pela qual não foi discutido no Conselho. A resposta é que 300 milhões não vão ser aplicados na Assistência Social.

Pode-se falar que vamos pegar dinheiro do Bolsa Família. Ora, nós vamos pegar muito mais do Governo Federal. É bom que se lembre de que temos 8 bilhões a serem investidos pelo PAC, no próximo ano, na cidade de São Paulo. Pergunto: onde estão os recursos para a Saúde, para Educação, para Assistência Social e para o reajuste do funcionário público? Essa é a minha questão.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Eu passaria aos Srs. Secretários para responder aos Vereadores, depois dou a sequência.

A SRA. LEDA MARIA PAULANI - Bem, o Vereador Paulo Fiorilo não apresentou questões, acho que ele só fez esclarecimentos.

Com relação às colocações do Vereador Aurélio Nomura, quero dizer que, no que diz respeito à Educação, nós estamos cumprindo o acordo com o Tribunal de Contas. O orçamento para o ano que vem já prevê a retirada de 20% dos gastos com os inativos, dos 25% constitucionais de gastos com a Educação.

Já estão em andamento, pelo Executivo, iniciativas para mudar a Legislação, que nos permitam colocar esses 20% nos restantes 6% da Educação, para que possamos fazer isso legalmente.

Se não houver aprovação desse dispositivo legal, nós vamos evidentemente cumprir o acordo assim mesmo e vamos ter de deslocar algumas despesas de outro lado para poder contemplar esse gasto com o inativo, fora, inclusive, dos 31%.

Então, quero dizer que não é nenhuma intenção desse Executivo desrespeitar o acordo feito com o Tribunal de Contas do Município.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sra. Secretária, me permite um aparte?

- Manifestação fora do microfone.

Quero dizer que não é nenhuma intenção do Executivo desrespeitar o acordo feito com o Tribunal de Contas do Município.

Com relação à Saúde, considerando também os recursos federais que aumentaram bastante em relação ao que tínhamos, São Paulo não estava aceitando alguns protocolos de procedimentos para alguns programas federais na área da saúde, deixava de receber um volume considerável de recursos e esse ano já foram úteis para realizar uma série de ações na Saúde.

Considerando os recursos federais, vamos ter um aumento de cerca de 15% no Orçamento da Saúde, o que deve significar uma participação da saúde em torno de 19% do Orçamento, ou seja, 4% acima do que a Constituição exige, que são os 15%.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Sr. Carlos Eduardo Lacerda, do Sindicato dos Engenheiros.

O SR. CARLOS EDUARDO LACERDA – Em princípio gostaria, como representantes dos técnicos, engenheiros, arquitetos e geólogos, da Prefeitura de São Paulo e participando do sistema de negociação que a Secretária já mencionou, estamos juntos com os servidores de nível superior em compartilhar com todos eles especialmente aqueles da área de assistência social onde trabalhamos muito em conjunto, nas áreas de necessidade e nas áreas onde acontecem os acidentes. Lá estamos trabalhando e há muito tempo a Prefeitura não reconhece esse tipo de trabalho. Lamento que isso tenha sido reativado, mas não funcione

ainda. Os técnicos vêm solicitando uma recomposição de salário que não tem sido atendida pela Prefeitura, já foi demonstrado em documento do TCM que a Prefeitura não cumpre a legislação salarial e o sistema não vem colocando esta recomposição para as famílias, mais triste ainda é quando tentamos mostrar a necessidade de recomposição de salário e a Secretária mostra sempre para vários assuntos a necessidade de trabalhar com a dívida, o que nos mostra que nós é que estamos pagando essa dívida que no passado foi de alguma forma criada.

Estamos há cinco anos com o salário reduzido a metade, tenho certeza de que ninguém gostaria que isso fosse assim e estamos sofrendo com essa redução de salário e nossas famílias estão sofrendo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Sr. Franklin Silveira, do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo.

O SR. FRANKLIN SILVEIRA – A Prefeitura não nos paga precatórios, temos cinco meses que trabalhamos para pagar imposto e falamos de dívidas. Alguém aqui tem alguma dívida? Muito fácil o governo dizer que tem dívida, mas nós trabalhamos e também temos dívidas, que desde 2007 têm aumentado. Entrou um governo que se diz preocupado, que tem uma fala de recomposição, só quero que essa fala vá para ação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a Sra. Maria Aparecida da Silva, do Sintraenfa.

A SRA. MARIA APARECIDA NERI DA SILVA – Bom dia. Sintraenfa é o Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação, Criança, Adolescente, Família do Estado de São Paulo.

Sou Vice-Presidente do Sindicato e geralmente todos os usuários da política de assistência já foram lesados no uso de algumas políticas que lhes são de direito, já deixou de ter o convívio com a educação, com a questão do trabalho, moradia e a última coisa que lhe resta é a política de assistência social. É com essas pessoas que nossos trabalhadores

trabalham. É com as pessoas que estão em vulnerabilidade e que geralmente em todos os seus aspectos estão em defasagem em relação às pessoas que tem trabalho, emprego, moradia, saúde e educação. Trabalhar com esse tipo de pessoas já não é fácil e esses trabalhadores têm de estar melhor que os usuários para poder oferecer alguma coisa e isso é uma coisa que lutamos sempre. Existe uma rotatividade muito grande nesses serviços e questões de saúde. Já houve casos de trabalhador da assistência necessitar da política de assistência e quando chegamos numa plenária dessas e que sabemos que tudo tem aumento, mas na política de assistência não tem. Se soubéssemos que haveria redução da verba da assistência, se houvesse a redução da condução, do arroz, etc.

Fica difícil entender uma redução, onde tudo na vida sobe. Se não houver uma política efetiva, não conseguiremos esconder debaixo do tapete. Hoje o Sindicato está preocupado porque durante toda a história da política de Assistência a rede conveniada é a que cobre toda a política de assistência do município.

Esses trabalhadores são celetistas, tem reajuste, minimamente, de acordo com a inflação do ano, porque tudo na vida sobe em questões financeiras e isso nunca é pensado. Toda vez que há um reajuste, esse trabalhador deixa de pensar no trabalho dele e vai se preocupar com toda a dificuldade que ele já tem, vai se preocupar que o aluguel vai aumentar, a maioria são mulheres e arrimo de família. O meu aluguel vai aumentar, será que vou ter aumento de salário? Quem aqui trabalha sabe. Muitos trabalhadores, aqui, já contemplaram em suas falas o que estou dizendo. Houve anos em que tivemos a resposta de que teríamos 0% de aumento. Outro trabalhador disse anteriormente que, por isso, entramos em estado de greve. Todos os anos é uma luta muito grande para ter esse aumento. Aí, a gente fica pensando: faz-se um convênio com trabalhadores celetistas que sabem como funciona; mas, quando se trata do reajuste, isso não acontece. Então, o trabalhador trabalha insatisfeito; e fica difícil você, estando insatisfeito, trabalhar com pessoas que precisam de um mínimo de paz, que precisam receber confiança das pessoas que a atendem.

Penso que já coloquei a questão financeira, mas há outra questão em que não pensamos: a redução no Orçamento precariza o serviço. Aí é que fica complicado, porque dinheiro não paga saúde, dinheiro não traz saúde. É bom e necessário, ajuda a comprar remédio, mas temos que pensar na prevenção. Com o serviço precarizado, o trabalhador terá muito mais dificuldade para trabalhar, ele vai adoecer. Se ele tem que fazer um serviço onde não há um material de que ele necessita, já vai ficar difícil. Assim, o ambiente de trabalho acaba ficando insalubre, e o trabalhador acaba sendo penalizado e, por consequência, também os usuários. Os mais penalizados com a situação são, certamente, os usuários e os trabalhadores.

Com base nisso, gostaria que o Orçamento fosse repensado, pois essa é uma história que esta Casa não precisa mais testemunhar. As pessoas que nos representam têm que nos ouvir! Tentamos, conversamos, fizemos audiências públicas para discutir a necessidade de assistência social e achávamos que seríamos contemplados; mas, de última hora. Recebemos a notícia de que não fomos. Não foi fácil o processo por que passamos em 2012 e 2013, porque o Orçamento, em sim, já não nos contempla. Agora, reduzir! Gente, desculpem-me, mas isso não pode acontecer. Que no mínimo nos chamem para discutir e ver o que poderemos fazer, porque como está não pode ficar. Senão, o que iremos dizer aos usuários, aos trabalhadores e às organizações – que, por conta disso, acabarão fechando esses serviços? Haverá mais demissões, haverá mais pessoas sem serviço.

Era isso o que eu tinha a dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o próximo inscrito, o Sr. André Luiz dos Santos, o *rapper* Pirata, do Fórum do Hip Hop.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS – RAPPER PIRATA – Leda, quando você fala de cálculos técnicos para resolver a questão social, é complicado. Não precisa tirar da área social para colocar dinheiro. Quanto arrecada a indústria das multas de São Paulo? Quanto dinheiro é gerado em São Paulo de multas? Sabemos que o que está sendo discutido aqui

representa 20% do orçamento. Não estamos discutindo o orçamento de verdade. Tirar recursos da área social, da educação... Fernando Haddad havia me conquistado quando falou sobre apartheid social. Pergunto às “Excelências” desta Câmara Municipal: qual é a política de excelência que existe aqui? Estamos falando de cidadania? É só olharem para frente da Câmara Municipal e vocês verão que agora há uma grade, que lembra uma prisão – é a mesma fita. Temos que repudiar esse estado de coisas a todo o momento. Digo isso porque discuto o genocídio contra a juventude pobre, preta, periférica. Onde há cortes? Justamente. na educação, na área social. Parece balela a gente ouvir vocês falarem, porque foram feitas 90 audiências, mas não ouviram a população, a Cidade. Foram eleitos para mudar a gestão, mas não mudaram. (Palmas)

Pediram-me para não citar o nome das pessoas, mas vou citar: Vereador Conte Lopes, Coronel Camilo e seus camaradas. Eles fizeram a lei de criminalização do funk, que está com o Prefeito Haddad para assinar. Esta Casa fez a premiação da ROTA. O que vocês querem? Eu não sou cachorro. Será que precisamos fazer greve para ter hospital? Não sou uma pessoa humilde, sou cidadão. Políticas como o SUS, o CRAS, etc, são direitos. Não podem falar do usuário como se ele fosse qualquer coisa, porque ele tem direitos. Essa política que é feita nesta Casa é que colocou essas pessoas em situação de rua.

Cinquenta por cento do Plano Juventude Viva é *marketing*, mas o restante vem dessas áreas sociais. Por isso, queremos a efetivação de políticas públicas, como o Programa Estação da Juventude. Queremos investimento nisso, porque não dá para ficar investindo dinheiro público somente em empresa de ônibus. Qual o investimento em corredor de ônibus? Eu mesmo posso fazer as faixas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Passo a palavra aos Srs. Secretários para as respostas.

A SRA. LEDA MARIA PAULANI – Ainda em relação à questão dos servidores, lembro que este ano assinamos um acordo com todos os sindicatos, no qual ficou claro que

priorizaríamos os trabalhadores de nível básico e nível médio da Prefeitura, pois, segundo os nossos estudos, de fato eram os que estavam com os salários mais defasados. Havia salários cujo valor era de 440 reais, sendo que a Prefeitura tinha que pagar um adicional para que esse salário chegasse ao nível do salário mínimo regional de 755 reais.

Era uma situação vergonhosa para o Município ter esses trabalhadores recebendo esse valor de salário. Por isso aumentamos o padrão e o piso salarial na ordem de 70% para os trabalhadores de nível básico e na ordem de 42% para os trabalhadores de nível médio. Com isso, beneficiamos mais de 70 mil servidores. Ficou acordado que discutiríamos a questão dos especialistas, que são os profissionais de nível superior, a questão do pessoal da saúde, a dos agentes vistoristas e a da Guarda a partir da segunda metade deste ano. A discussão vem ocorrendo. Para alguns casos, o Executivo já fez propostas; para outros, ainda não claramente em função de algumas incertezas que pairam, como já expliquei.

Agora, dizer que o Sinp – Sistema de Negociação Permanente não está funcionando é uma inverdade, porque as reuniões vêm ocorrendo exaustivamente e estamos trabalhando a partir do que acreditamos ser uma mesa permanente de negociações.

Com relação à questão do dinheiro público investido em empresas de ônibus. Vejam bem, essa situação foi herdada. Não é uma situação que seja confortável para o Executivo e para nenhuma cidade.

O transporte público é um serviço essencial e a gente está nas mãos dessas empresas. O Vereador Aurélio Nomura ficou listando os volumes gastos com subsídios à tarifa. Então, o não aumento da tarifa, no sistema como está hoje,... Há uma contratação de uma auditoria, inclusive internacional, para investigar os gastos com empresas. Há um novo sistema sendo elaborado e deve ser licitado um novo sistema. Porém, a gente tem de fazer uma previsão com base no que existe hoje e o que existe hoje implica o seguinte: se os 20 centavos a mais não serão pagos pelos usuários, é o Executivo que tem de pagar ou eles param o serviço de ônibus, nenhum de nós, nem vocês querem que o serviço de ônibus pare. Se o

serviço de ônibus parar, as pessoas farão manifestação na porta da Prefeitura, não vão fazer manifestação na porta das empresas de ônibus. Então, não é uma questão de escolha.

A questão é que nós temos objetivos. Se houver uma greve de transporte público, quem será a população penalizada? A população das periferias, principalmente, porque ela que é a maior demandante de transporte público, ela que demora mais tempo para chegar da sua residência ao trabalho e é ela que não tem dinheiro para andar de carro. A guerra que esta Prefeitura está fazendo ao transporte individual, não pode ser ignorada. Abrimos uma guerra contra o transporte individual porque é a coisa mais racional e mais justa a ser feita.

Então, queria colocar essas coisas porque, senão, dá a impressão que não pensamos nunca em nada que diga respeito a como melhorar as condições de vida da população.

As restrições existem. Não gostamos de muita coisa que herdamos, mas é a situação que está presente hoje. Então, não é uma questão de: “Tiramos dinheiro da Assistência Social para investir nas empresas de ônibus”. Por favor, não é disso que se trata.

Bom, acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Sr. Dorberto Carvalho, Cooperativa Paulista de Teatro.

O SR. DORBERTO CARVALHO – Sou da Cooperativa Paulista de Teatro. É obvio que eu não tenho uma fala corporativista. Não estamos aqui só representando o teatro.

Minha fala inicial é a seguinte: estamos querendo discutir os recursos, no total, para todas as áreas da Cultura: Vocacional, o Projeto VAI, o Prêmio Zé Renato e todos os outros programas de formação, programas que de contato de aproximação com a população da Cidade, da cultura e a população da Cidade.

Então é o seguinte, só fazer um breve resumo aqui. Estou vendo ali o Felipe, que participou das reuniões com a gente. A gente fez um grupo de trabalho, participaram várias entidades, cooperativa de teatro, cooperativa de dança, cooperativa de circo, o movimento do

teatro vocacional, o PIA, o Fórum da zona Leste, Fórum da zona Sul, populações de sarau, representantes de vários movimentos culturais e coletivos da periferia, e durante esses encontros, nesse grupo de trabalho, com a presença da Sempla e da Frente Parlamentar de Cultura, a gente foi muito contemplado no sentido que os esclarecimentos da Sempla foram muito interessantes para a gente entender a composição desse orçamento. Quero dizer que a gente é solidário com essa situação que a Cidade está hoje, com essa situação de falta de recursos para atender todos os problemas históricos que a Cidade tem, e a gente sabe que não são pouco.

A gente acompanhou o PPA e sabe que tem uma proposta do Governo Haddad para até o final da gestão terminar com 2% para a cultura a partir da conta zero.zero. É isso, Secretário? Então se tem a proposta de terminar com 2% para a cultura a partir da conta zero.zero, a gente teria que aumentar, se a gente tem 1.24, esse ano pelo menos 0.25%, que a gente sabe que dá em torno de 75 milhões. A gente discutiu isso no grupo de trabalho. Talvez, está aqui o Vereador Fiorilo, não de os 75 milhões, discutimos isso também. Mas a expectativa que a gente tem é que pelo menos tenha aumento linear para a pasta da Cultura de 35 milhões, que dê para atender todos os programas. E aqui não é uma fala corporativa, não estou pedindo dinheiro para teatro, não estou pedindo dinheiro para a dança, não estou pedindo dinheiro para um setor corporativo dentro da cultura. Nós queremos um aumento linear para a cultura, que atenda a Cidade como um todo, que atenda as periferias da Cidade, que atenda o acesso, que atenda a formação, que dê condições de fruição dos bens culturais a toda população.

Para fechar minha fala, faço um apelo ao Vereador Fiorilo, à Comissão de Finanças, para leve em conta todo esse esforço dessas entidades, desses coletivos, desses artistas que estiveram envolvidos nessa discussão junto com a Sempla e junto com a Frente Parlamentar de Cultura, e mesmo sabe que não vai ser possível que tenha essa proposta de cumprir 2% até o final da Gestão Haddad, mas que não vai ser possível cumprir 0.25%, que

daria 75 milhões, que pelo menos tenha uma emenda hoje, até às 19h, de 35 milhões que possa minimamente atender o acesso à cultura da população da cidade de São Paulo.

É isso e muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Eu vou intercalar porque estamos chegando ao final, temos mais uma hora de plenária, eu vou passar a palavra ao Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, demais Vereadores, Secretária Lesa, Assessoria, Fábio, quero aqui cumprimentar o Vereador Adilson Amadeu e o nosso Presidente, Vereador Tripoli.

Tenho ouvido todas as falas dos movimentos, das associações. Quero parabenizar a todos pela mobilização, mas quero aqui fazer um diálogo rápido. Já participei de várias audiências do Orçamento, também participei de várias outras audiências do Plano de Metas com relação àquilo que foi determinado pela população nas audiências e definidas as metas.

Quero fazer um diálogo com o Relator, já fiz isso, inclusive na audiência pública da Vila Mariana, e quando o Prefeito colocou o Plano de Metas aqui ele estabeleceu, disse que não havia dinheiro para cobrir todo o programa do município; dinheiro do erário municipal, havendo necessidade de ter aporte do Estado e da União.

O Relator é o Paulo Fiorlio, que vem se desdobrando para atender a todas as demandas e viabilizar todos os recursos necessários para o atendimento da população, mas o orçamento tem de prever os recursos para, no mínimo, atender àquilo que a população desde o início do ano se propôs a debater e encaminhar as demandas do plano de metas do Governo Haddad.

Tenho insistido nessa matéria porque tivemos oficinas, debates, discussões em cada subprefeitura, várias audiências públicas do plano de metas e temos que ter o dinheiro para atender no mínimo ao plano de metas estabelecido, porque esse debate começou no início do ano e a maior parte de vocês participou dessa discussão. Então uma preocupação

que nós, do Partido Verde, temos - está aqui o Vereador Tripoli, Presidente – é que o orçamento reflita o que foi debatido pela sociedade desde o começo do ano.

Este é um ponto que eu tenho enaltecido em cada audiência pública, sem entrar em detalhes de cada secretaria, de cada demanda, de cada política pública, que são inúmeras, aqui a gente vê até pelas faixas. Esta é a preocupação: que o orçamento atenda com recurso municipal, com aporte do Governo do Estado, com aporte do Governo Federal, para que essas metas não passem de um programa de ficção.

Realmente pelo menos a gente tem o compromisso do atendimento do que foi determinado e foi emendado. Das 100 metas que o Governo Haddad apresentou no início do ano chegamos a 123 metas, o que significa que a população participou, sim. Então é necessário viabilizar recursos para atendimento desse plano de metas.

Pontualmente, Relator, Secretário, há oito anos como vereador da região onde atuo, quero falar da UBS Integral do Cambuci que, consultando o orçamento, não localizei. Já no governo anterior não verificamos. Ali é UBS (ininteligível) que fica mais para cima da região da Sé, mas o Cambuci está carente de reformulação na saúde. A gente tem sofrido muito com os enormes sacrifícios que a população idosa vem sofrendo. Eu vi que tem até UBS Integral no Sacomã e nós não temos nem UBS nem AMA Especialidades, que (ininteligível) pagou.

Não quero nem falar, não tenho problema nenhum com o codinome do equipamento público de saúde, mas nós precisamos incluir no orçamento, finalmente incluir e implantar a UBS no Cambuci. Esperamos seis, sete anos, porque os AMAs Especialidades e AMAs Consultas foram instaladas – e eu respeitei muito – nas periferias da cidade de São Paulo. É como se fosse um caracol. Os AMAs vieram pelas bordas, chegaram ao centro. No ano passado consegui contemplar no orçamento, mas não viabilizou, que era por aluguel, não tem problema de construção, de que seja por funcionário público, também não tem problema se for por organização social, que o movimento é contra. Mas que finalmente tenhamos um AMA Integral no Cambuci.

Fiz um requerimento, encaminhei ao relator do orçamento e conto com a Secretária. Conversei com o Secretário José Felipe para viabilizar isso em 2013. Não foi possível, então quero fazer um apelo para que finalmente a gente consiga incluir no orçamento deste ano e que se viabilize, e que se tirem recursos da própria Saúde.

Eu queria só fazer este registro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Sr. Marcos Muniz, Fórum de Assistência Social.

O SR. MARCOS MUNIZ – Bom dia. Quero concordar com todos os que falaram antes de mim, me solidarizar com o pessoal da cultura, que conheço do Raposo Tavares, sou solidário ao trabalho que eles estão propondo.

O Fórum tem uma articulação na política de assistência e a ênfase em trazer aqui hoje essas reivindicações. Elas não se dão simplesmente pela questão do recurso pelo recurso. Entendemos que o recurso deve viabilizar a política pública e não ser um impedidor no discurso de que sempre a cobertura é curta. Se o cobertor nosso é curto nós somos o maior cobertor do país, PIB da Cidade não é menor.

Então acho que é a questão da gestão, de como esse recurso está sendo aplicado, e aí quando ouvimos sobre a questão do subsídio do transporte, então está aí o grande nó dessa questão do recurso do orçamento, que é o subsídio ao transporte público, que é pago, cada cidadão para se locomover paga o transporte, então é parceiro nesse sentido.

O Fórum foi recebido pelo Prefeito e o Conselho também fez audiência pública para discutir o orçamento com Sempla já trazendo essas questões da dificuldade que teríamos se fosse cortado o recurso do orçamento da Assistência Social pelo tamanho da vulnerabilidade que temos de enfrentar na Cidade, e esse é um compromisso de todo mundo. E o Prefeito, numa fala que me deixou bem impressionado, disse o seguinte: vocês colocaram os seus filhos nas ruas pela questão dos 20 centavos e agora temos uma conta de não sei quantos milhões para pagar. Isso me remete a uma coisa: sou da zona Leste, nasci lá, meus familiares moram

na Cidade Tiradentes, hoje trabalho no Raposo, não são os 20 centavos a questão. Não é isso. A questão é: como implementamos uma política pública que vai tratar da alta vulnerabilidade sem o recurso?

Então a questão do Fórum é a seguinte: quanto menos recurso temos implementado no SUAS mais distante estaremos da política do SUAS, que é uma política sancionada pela Presidente Dilma, inclusive. Quero deixar esse ponto aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Muito bem. Tem a palavra, estava na expectativa dessa fala, a Sra. Dora Lima, Agenda 21.

A SRA. DORA LIMA – Boa tarde. Obrigada pela oportunidade. Parabéns à Mesa. Parabéns a nós – população – por estarmos aqui. Quero fazer uma reflexão para a comunidade, na gestão passada foram oito anos de centralização. Foi um desmande. Moro em frente esta Câmara e acompanho todas as gestões. Não sou filiada a nenhum partido, quero deixar claro, sou Educadora Ambiental e decidi ser Educadora sabendo das dificuldades que temos.

Então acho que temos de parar de reclamar e participar da sociedade. No último domingo houve eleição para o Conselho Participativo e fiquei procurando a comunidade lá. Não tinha porque não é obrigatório, agora na hora de reclamar as pessoas vêm reclamar.

Quero lembrar que somos 8,5 milhões de votantes para 55 Vereadores e um Prefeito. Então se estamos unidos e não procurando só o nosso umbigo, eu poderia estar aqui lutando só por Educação. Não. A Educação é como um todo. É na Cidade toda. Então se a população de rua estiver mal, se o educador estiver mal, se todo mundo estiver mal, então eu estarei mal. Temos de parar de lutar só pelo nosso umbigo e fazer e lutar juntos.

Fui eleita com todo o orgulho, não fiz campanha. Fui eleita pela minha comunidade da Bela Vista, região central. Eu não tinha dinheiro para fazer campanha, mas as pessoas acreditam em mim. Não estou em nenhuma empresa, sou autônoma e por isso tenho

condições de falar.

Quero lembrar que na gestão anterior o Prefeito Kassab foi cassado por um dia até por suas contas não terem sido aprovadas. Aumentou o salário dele, aumentou dos Secretários, aumentou dos Vereadores. E os 50 não posso dizer quem votou. Mas foi muito fácil.

A segunda coisa é lembrar o que é o Orçamento. Eu tenho uma receita, então eu tenho que dar prioridade a uma receita. E nesta Câmara não foi aprovado o IPTU, que em todas as gestões o IPTU foi aprovado. Moro em frente a esta Câmara, estou isenta do IPTU, e desejo, sim, pagar um pouco do IPTU, porque acho que é direito. Não há milagre. Se a gente não arrecada, não há orçamento. E eu vejo que todo mundo questionando o Orçamento. Mas de onde vem o Orçamento? É da arrecadação. E agora todo mundo metendo o pau no Prefeito. Ele não está nem com um ano de governo. Só que na gestão anterior a dívida... Eu não sou filiada a ninguém. A gente precisa aprender o que é democracia participativa. Precisamos participar. E digo isso porque estive no Plano Diretor, no Plano de Metas, nos orçamentos descentralizados. Tem emendas. Vou cobrar. Emendas não, proposta.

A outra coisa é assistência social.

Temos a Lei 12.316/97. Gostaria que a Secretária aguardasse para a assistência social. Ela é inclusão social, não é assistencialismo. Ela tem que trabalhar com todas as outras secretarias para fazer a inclusão social. E eu estou muito próxima da situação de rua porque o Centro é demais. Conheço o presidente... o Anderson. Só que essa lei nunca entra no Orçamento.

Outra coisa que eu desejo é a fiscalização das falsas ONGs de assistência social. Estou na Bela Vista, e eu conheço, eu sei. Precisa investir no dinheiro público. Se eu faço orçamento para as assistências sociais, as ONGs, que tem ONGs sérias, claro. Mas eu conheço ONGs que, como não tem fiscalização: "Tá, me dá o dinheiro público, e eu vou fingir que eu faço inclusão social". É verdade isso. E na gestão anterior a Secretaria Alda Marco Antonio disse que ia me processar porque eu havia falado isso. Só que ela não disse em público, ela disse no meu ouvido. Então eu quero fazer essa declaração.

Outra coisa é a descentralização das subprefeituras. Aí a gente pode fiscalizar junto. Subprefeito nem é zelador. Hoje ele tem um orçamento... Na época da Marta, houve a descentralização – coordenadoria de assistência social, educação. Se a gente não tiver as

coordenações dentro das subprefeituras fica muito difícil. Então verificar o orçamento próprio. Mas eu não sei, nessa estrutura, como que vai ter um orçamento próprio se a gente não tem a descentralização. Então enviei uma proposta para a Prefeitura para que fortalecêssemos essa lei da descentralização, da época da Marta. Não sei quantos anos tem; não me lembro agora. Mas foi desde a última gestão dela. Mas é preciso fortalecer, porque aí a comunidade consegue fiscalizar. Eu não consigo fiscalizar a Cidade Tiradentes. Somos 12 milhões de habitantes. Então se não descentralizarmos essa Cidade, que são 32 cidades – agora, 33, com mais uma subprefeitura –, a gente vai ficar na mão.

E para encerrar, gostaria de lembrar que são 55 Vereadores. Portanto, podemos tirar e colocar o vereador que queremos.

Por último, vou levar ao presidente da Comissão, o Vereador Tripoli, uma proposta para o plano de desenvolvimento local sustentável para cada subprefeitura. É uma emenda que eu gostaria de propor. Já fiz isso no Plano de Metas, e eu fui contemplada. Mas eu sugiro a esse Orçamento. Eu sei que tem Orçamento, tem o Fundo da Coordenação das Subprefeituras. Eu sei que tem esse dinheiro, e por que não utilizá-lo para os planos de desenvolvimento regional?

Agradeço bastante. Por favor, não me levem a mal, mas a gente precisa participar de verdade, não reclamar. Então, vamos juntos, porque, com 55 Vereadores mais um, conseguiremos modificar e fazer realmente uma democracia representativa e participativa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Aproveito a fala de quem sempre aborda a questão da ambiental para informar à Secretária de Planejamento que nós refizemos o contrato com a Sabesp, se não me falha a memória, há três ou quatro anos. Com esse contrato, foi criado um fundo. Parece-me que há 400 milhões parados na Sabesp, mas é preciso um projeto do Executivo municipal e, se a Sabesp concordar, esse recurso é liberado. Seria interessante a Secretaria de Planejamento tomar ciência do andamento desse processo, porque esse dinheiro está parado no Governo do Estado.

(NÃO IDENTIFICADA) – Está parado no Estado para a educação ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Então, fora o dinheiro do orçamento que vamos discutir, estamos torcendo para que dê certo a gestão do Prefeito.

O SR. DALTON SILVANO – Informo também que já está com o Governo a redação final de um projeto de lei de minha autoria que versa sobre a política municipal de educação ambiental, que prevê a arrecadação de recursos voltados à educação ambiental, para o qual realizamos duas importantes audiências públicas, que contou com a participação de muitos ambientalistas.

A educação ambiental será uma grande conquista da cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – A informação que a Secretária acaba de me passar é que esse dinheiro está sendo usado pela Sabesp. Peço desculpas pela informação errada.

A informação que me chegou é que havia cerca de 400 milhões, mas a Secretária acabou de me dizer que há 300 e poucos milhões que estão sendo usados em áreas como habitação, dentre outras.

A SRA. LEDA MARIA PAULANI – Aproveitando essa questão, o contrato ao qual se referiu o Vereador Tripoli estabeleceu uma obrigatoriedade de a Sabesp depositar num fundo constituído no Município de São Paulo 7,5% da sua arrecadação no Município. Esse recurso todo ano é depositado e vai para um fundo chamado Fundo Municipal de Saneamento, que está sendo alocado e não fica perdido. Quer dizer que, se não conseguirmos utilizá-lo este ano, o que foi recebido passa como superávit financeiro para o ano seguinte. Ele está sendo utilizado prioritariamente e basicamente em drenagem, habitação e mananciais. Na habitação, não indiscriminadamente, mas dentro do Programa Mananciais e em obras de drenagem. Então, ele não está parado.

Existe outra obrigatoriedade da Sabesp que é a de aplicar no Município de São Paulo 13% dos seus investimentos como empresa, porque, como sabemos, a Sabesp atua não só no Município de São Paulo, mas no Estado todo. Então, pelo menos 13% dos investimentos da Sabesp têm que ser aplicados no Município de São Paulo e, para a gestão de contrato, que envolve essas duas obrigações, existe um comitê, onde tenho assento, chamado Comitê

Gestor dos Serviços de Água e Esgoto da Capital, constituído por três Secretarias do Governo do Estado e por mais três Secretarias do Governo Municipal. A presidência desse comitê é rotatória e hoje ele é presidido pela Secretaria de Governo do Município de São Paulo.

Em relação à questão abordada pelo Norberto, sobre a cultura, queria lembrar que, de fato, quando se discute vinculação, tem que se pensar sempre só na fonte 00, porque os demais, ou são recursos vinculados ou são recursos que podem existir ou não, são receitas de capital muito variável. Então, a vinculação sempre tem que ficar atrelada à chamada fonte 00, que é a fonte Tesouro, ou seja, a fonte pela qual entram todos os recursos de arrecadação, de tributos, taxas, impostos, etc.

No orçamento da Cultura para 2014, teremos orçados 50 milhões a mais do que o que será executado pela Cultura em 2013. Existe um compromisso do Prefeito não de chegar aos 2%, mas de, paulatinamente, ir aumentando a participação da Cultura. Se conseguirmos chegar, será ótimo. Não há, porém, um compromisso nesse sentido, de que conseguiremos os 2% até o final da gestão. Há, sim, o compromisso de, ano a ano, fazer aumentar essa participação, e esse compromisso foi cumprido com esse orçamento.

Quero reforçar a fala do Vereador Dalton Silvano, a quem agradeço por ter lembrado a importância do Programa de Metas. Fizemos até hoje 98 audiências públicas sobre o Programa de Metas; as 35 primeiras se destinaram a apresentar a proposta à população e colher as sugestões de todo mundo. Foram quase dez mil sugestões que tivemos que processar, sistematizar e, de alguma maneira, responder à população. Claro que, no meio dessas dez mil, havia solicitações que já estavam no Programa de Metas e outras não cabiam nele porque eram solicitações que tinham a ver com despesas de custeio corrente da Prefeitura e não com o Programa de Metas, e assim por diante. Ao processarmos essas dez mil sugestões, mudamos o Programa de Metas em função disso.

Digo a vocês com sinceridade que o Programa de Metas que temos hoje é muito melhor do que o que apresentamos, porque ele dialogou com a população, que nos ajudou a

construí-lo. Por isso que, na sua nova versão impressa, vem escrito Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2013/2016, versão final participativa, porque foi isso realmente o que aconteceu.

Depois de abril, já fizemos mais duas novas rodadas de audiências públicas, uma em agosto e outra em novembro. Nessas rodadas, fizemos priorização de metas e discutimos o Plano de Obras das subprefeituras. Então, vir aqui um cidadão dizer que é vergonhoso este Governo porque não há participação popular, eu acho que é algo um tanto descabido.

Queria agradecer ao Vereador Dalton as palavras e dizer que realmente a nossa preocupação é o Programa de Metas, que foi abraçado pela Administração. Isso quer dizer que todos os Srs. Secretários têm essas obrigações a cumprir, e, para a gente que está na Secretaria do Planejamento, isso é uma coisa muito boa porque tudo o que queremos é que o planejamento cresça em importância, que a atividade do planejamento, não a Secretaria, porque o Poder Público é movido pela ditadura do curto prazo. A gente vive apagando incêndio do dia a dia, um problema aqui, outro lá e tal. E o planejamento da cidade, o que se pretende para a cidade nos anos a frente, fica como uma atividade que ou você não tem tempo, ou um plano de gaveta.

Temos muito apreço pelo trabalho que foi feito, principalmente, porque ele foi feito com a participação. A gente vai lutar até onde nossas forças e recursos permitirem para realizar tudo o que está aqui.

Bom, acho que a Dora falou muito bem. Quem é dona de casa sabe como temos que botar o sapato 33 num pé 44, e a gente não está numa situação diferente aqui. Com relação à descentralização, que foi muito bem lembrada por você, eu diria que a gente tem a descentralização num dos eixos do programa de metas. O eixo três é gestão descentralizada, transparente e participativa.

Ontem, tivemos uma reunião no gabinete, discutindo essa questão da descentralização porque – notem bem – não se trata só de uma questão de recursos, se trata

de uma gestão descentralizada. Então, os mecanismos institucionais que vão permitir que esta gestão, de fato, seja descentralizada, para melhor a gestão na cidade como um todo. Esses mecanismos ainda não existem. Estamos discutindo para, justamente, poder fazer jus a esse eixo do programa de metas. A questão dos recursos do saneamento já respondemos.

A da ANLURB, realmente, não sei responder, mas posso ver e a informar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Quero anunciar que temos mais 35 minutos para concluir o trabalho. Eu não cobrei tempo nem três, nem quatro, nem cinco minutos; as pessoas falaram conforme o conteúdo, e ficou solto o plenário, mas daqui para frente terei de garantir que todos possam usar da palavra e ter suas respostas.

Dr. Laerte Brasil, representando a entidade internacional, de cujo nome não me recordo, da qual é Presidente. Por favor, Sr. Laerte Brasil, procure ser rápido na sua fala.

O SR. LAERTE BRASIL – Laerte Brasil, Presidente Mundial da União Global Seguridade Social dos Trabalhadores e Empreendedores Sustentáveis das Nações Cidade, que a União Global do Trabalho Nações Cidades.

Para informar o Vereador, que citou a entidade, no dia 05 a 30 de maio, acontecerão 145 assembleias, nos 145 países. Essas assembleias se destinam à construção da base da central, com eleições de diretorias nacionais das 145 países.

Sabemos que a cidade de São Paulo é uma cidade global, mas insustentável, pois 22% dos cidadãos de São Paulo detém 67% do PIB da cidade de São Paulo e cerca de 68% dos Municípios estão esmagados.

Participando de todas as audiências públicas do plano de metas e do PDE, que estão sendo realizadas na Cidade, vamos dizer, a zona Norte e a zona Sul são as duas regiões mais populosas da cidade de São Paulo. Dentro dessas duas regiões, há territórios que mil cidadãos disputam uma vaga de emprego.

As ações, na nossa tese, devem ser de redução de imposto, para que as empresas possam se instalar nos bairros das regiões Norte e Sul.

O Executivo enviou o projeto a esta Casa da zona Norte. Pergunto à Secretária Leda se em 2014 o Executivo enviará também a esta Casa o projeto para a zona Sul da cidade de São Paulo, que também é uma zona...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Redução de impostos, é isso?

O SR. LAERTE BRASIL – Exatamente.

Por outro lado, há também a questão do transporte público. Sabemos que São Paulo tem uma frota aproximada de 13 ônibus e apenas 10% dessa frota possui piso rebaixado; 98% não têm ar condicionado e uma carroceria de péssima qualidade. Ocorrem vários acidentes dentro desses ônibus e os usuários não são indenizados pelos danos causados. As faixas, por exemplo, não estão obtendo grande resultado, porque os ônibus só saem dos terminais quando estão cheios. Os terminais ficam tumultuados e aumenta o número de cidadãos que perdem seus empregos por chegarem atrasados.

A peculiaridade do transporte continua e tanto o Governo Federal como o Municipal enviaram um grande aporte de recursos para serem investidos nas empresas de ônibus que daria para implantar o passe livre na cidade de São Paulo, não só para os estudantes, mas para todos os trabalhadores. Seria em torno de seis bilhões de reais, sendo que houve um aporte de mais de nove bilhões.

Encerro dizendo que os empresários de ônibus pegaram mais recursos no período de 20 anos. É preferível ser sardinha hoje do que rabo de tubarões. Pergunto para a Secretária se a Prefeitura tem intenção de, em 2014, viabilizar pelo menos o passe livre para estudantes.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Agradeço a participação do Sr. Laerte Brasil.

Tem a palavra a Sra. Maria da Penha Silva, da Cooperativa Paulista de Dança.

A SRA. MARIA DA PENHA SILVA – Boa tarde, Vereador, Secretária e todos os

presentes.

Primeiramente, Secretária, precisamos esclarecer que os 2% de Orçamento foi uma promessa de campanha, sim. Particularmente, fiz parte da construção do plano de Governo de cultura e isso foi uma proposta do Governo. Nós, do Movimento de Cultura, esperamos realmente que essa proposta seja levada a fim, mesmo que a cabo dos quatro anos. (Palmas)

Para nós dessa área, estarmos aqui todos os anos virou até uma questão de agenda. É triste ver que todos os anos temos que bater na mesma tecla, a diminuição no corte dos aportes do Orçamento em todas as áreas. Fica delicado para qualquer cidadão tentar apenas defender a sua área, seja de assistência social, seja de cultura.

Estamos precisando ouvir da gestão a Cidade que nós queremos, que é a Cidade que nós amamos refletidas nesse Orçamento. Não podemos ficar sucumbidos apenas a ouvir que precisamos ter cortes para ajustes. Isso ouvimos de todos os que sentam e querem nos explicar o Orçamento.

Infelizmente, não é explicado para o cidadão com detalhes as formas como existem a flutuação nesse orçamento durante o ano. Nós só sabemos que pagamos impostos, a Prefeitura arrecada. De repente, descobrimos alguns escândalos e ficamos, todo final de ano, fazendo o discurso do “por favor, pelo amor de Deus, mantenham o orçamento”.

Vou falar especificamente da área da cultura. Lembrando o companheiro Paulo Fabiano, queremos ser vistos além de pessoas ligadas à cultura do mercado, porque somos transformadores da sociedade. Nos programas de cultura já implementados desde 2002, todas as ações que fazemos sempre são ligadas diretamente à população. Quando falamos de um programa como o Vocacional e o Piá, temos na ponta 22 mil pessoas sendo atendidas em todas as regiões. Essas pessoas, durante um ano, passam por um processo de sensibilização na nossa sociedade.

Vemos uma sociedade entrando num processo de violência, e o que nos cabe e nos resta fazer é ficar pedindo “por favor, mantenham o orçamento adequado”. Acho que esta

Casa não é mais de nenhum partido, é a casa da população. Todos aqui foram eleitos com uma quantidade de votos, sim, representativa, porque não é fácil tirar de casa cem pessoas para votar. Aqui há homens que receberam 64 mil votos. Isso é expressivo, e essa expressão tem que ser colocada nesse orçamento. Não podemos mais ficar pensando que não podemos explanar sobre a cultura porque o pessoal da assistência social não tem um orçamento adequado.

Ando pela Luz, região próxima à minha moradia, e vejo que nada é feito. Não estamos falando de partidos, mas de um município. Esta é a maior cidade do País, e ela não pode ser vista com um olhar tecnocrata. Tem que haver humanização no olhar desses orçamentos, que têm que ser aprofundados, e a população precisa ser mais ouvida. Não adianta apenas fazer plenárias, audiências, se isso não se reflete na planilha Excel ou seja lá qual for. Precisamos da garantia desse orçamento para o ano que vem.

Antes de finalizar, Sra. Secretária, corrigindo: estamos solicitando 35 milhões em emendas. Se houvesse 50 milhões, eu estaria continuando o meu trabalho. Só me desloquei até aqui porque a nossa luta ainda não foi ganha.

Estamos contando com sua atenção. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra o Padre Javier, do Centro Social Padre Cícero Romão.

O SR. JAVIER – Boa tarde. Em primeiro lugar, gostaria de fazer uma homenagem ao Nelson Mandela, porque o mundo todo está olhando para o seu exemplo de vida. Acho que é oportuno estarmos aqui neste momento enquanto o mundo todo celebra a memória de alguém que não morreu, mas que vai permanecer vivo na história da humanidade, motivando muitas iniciativas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Sr. Padre, sua reivindicação é muito importante. Requeiro um minuto de silêncio.

- Minuto de silêncio em memória do Sr. Nelson Mandela.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Tem a palavra, Padre Javier.

O SR. JAVIER – Agradeço a atitude de V.Exa., porque não sou autoridade para pedir um minuto de silêncio. Justamente eu queria fundamentar esse nosso pedido como parte que somos do FAS.

Aproveitando o testemunho de vida do Nelson Mandela, que ficou na cadeia por 27 anos, submetido ao silêncio para que seus ideais não fossem ouvidos, quero dizer que, mesmo que não sejamos ouvidos, vamos continuar falando que a área da Assistência Social precisa ser contemplada como uma área de formação da pessoa humana e de personalidade. Para um povo, não basta apenas ter coisas materiais melhores, mas formação, e isso que Nelson Mandela reivindicou para o seu povo, porque formação constrói personalidade, constrói identidade e, o principal, um ideal de futuro. Ele disse claramente que, enquanto não fosse investido na formação, não progrediríamos. Justamente essa é a mensagem que o mundo todo está declarando hoje, porque, depois de 27 anos na cadeia, submetido ao silêncio, sem o poder de reivindicar seus ideais democráticos pela liberdade do povo negro, ele conseguiu dar liberdade e progresso para o seu povo a partir da reconciliação das raças.

A partir daí, vejo que precisamos fazer uma reconciliação na nossa cidade e olhar para a área social. Mas não como a sobra do orçamento, mas como uma prioridade, como uma escolha prioritária. Duas metas prioritárias vão ajudar o nosso trabalho social. Uma delas é a verba do décimo terceiro para a manutenção dos equipamentos, uma necessidade em qualquer área de qualquer Secretaria e muito maior na área social por conta das dificuldades que as entidades passam. A outra é a reposição da desvalorização da verba para podermos dar um atendimento de qualidade.

Justamente o que acho que sacrificou o Brasil como um todo foi a notícia da violência em Santa Catarina. Podemos muito bem aumentar polícia e construir mais cadeias, mas, enquanto não houver formação, tudo será inútil. (Palmas)

Vamos completar mais um ano e, como presente de aniversário, peço essas duas

verbas, que já fazem parte da Secretaria da Educação, o que já é uma conquista. Agora espero que seja também uma conquista da Secretaria da Assistência Social.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Nós que lhe agradecemos pela lembrança da morte de Nelson Mandela.

Tem a palavra o Sr. Wanderlei Turini, do Comas/FAS.

O SR. WANDERLEI TURINI – Boa tarde aos membros da Mesa e aos demais presentes. A ideia é fazer algumas ponderações. A primeira é sobre o orçamento. Segundo as informações, parece que há um buraco de 167 milhões e 47 mil no orçamento. Pelo levantamento da planilha que vocês apresentaram, realmente está em cima do IPTU, e sabemos que a receita de um município vem do IPTU e também do ISS, que, com as medidas alteradas desde 2011, foi significativo para o Município de São Paulo. Parece, então, que o ISS não regrediu; pelo contrário, progrediu. Esse foi o primeiro esclarecimento.

Um segundo ponto, ainda em relação à área da Assistência Social: seja pelo Comas, seja pelo Fórum de Assistência Social, o orçamento não chegou ao Executivo nos últimos 30 dias. Pelo contrário. Esteve aqui o coordenador da Comissão do Conselho Municipal, que falou anteriormente, ou seja, há uma Comissão específica no Conselho Municipal de Assistência Social sobre essa área.

Esse Conselho, do qual faz parte a Sempla e a SMADS, formado em 50% pela sociedade civil e em 50% pelo Poder Público, promoveu reuniões descentralizadas, nas quais foram ouvidos os dados do observatório, e a Secretária se colocou à disposição para debater a questão dos orçamentos. Então, há um debate em todas as áreas.

Depois de toda essa tramitação de meses e meses de trabalho, foi apresentado esse orçamento, que foi deliberado pelo Comas, conselho deliberativo e não consultivo. O valor que deliberamos em Conselho deveria ser acatado, mas me parece que mudou o partido, mas a conduta é a mesma nesta gestão. Isso é um desrespeito, sim, ao Conselho Deliberativo como

o Comas.

Outra questão é um esclarecimento por parte da Secretária sobre o Bolsa Família. Sou relator do Bolsa Família pelo Comas e realizamos reuniões quinzenais. Permita-me, então, corrigir algo, com toda a humildade. Não podemos colocar o valor do Bolsa Família no orçamento municipal, porque, como a senhora mesmo disse, essa é uma verba carimbada. Então, não podemos colocar o montante do Bolsa Família, um recurso federal que vai direto para as famílias, no orçamento municipal. (Palmas)

Como Organização Social, temos clareza da nossa vocação de atender esses seres humanos com qualidade, sejam eles moradores de rua, mulheres marginalizadas ou os atendidos pelos SAICAS, pelos abrigos, pelos CCAs, pelos CJs e por tantos outros equipamentos, porque há muitas pessoas nas ruas cuja dignidade está no lixo. Temos que dar a essas pessoas o respeito devido e resgatá-las.

A promessa do Sr. Prefeito e da Sra. Secretária foi de que isso sairia da teoria. É isso que esperamos e por isso estamos pedindo que a recomposição do orçamento da Assistência Social seja feita de maneira satisfatória o quanto antes, porque quem vai ganhar com tudo isso é a capital de São Paulo e as pessoas que mais precisam da gente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Obrigado, Sr. Wanderlei Turini.

Tem a palavra o Sr. Lédio Milanez, do Fórum da Assistência Social.

O SR. LÉDIO MILANEZ – Esclarecendo ao nobre Vereador, atualmente sou o Coordenador do Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo, que se reúne na segunda segunda-feira do mês no Plenarinho desta Casa com o microfone aberto para que todos os Srs. Vereadores possam participar da discussão do sistema único da Assistência Social. O Fórum está atuante há 20 anos e de forma muito participativa, promovendo o que dispõe o artigo 1º da Constituição brasileira: “todo poder emana do povo e deve ser exercido de forma direta ou por seus representantes”. Nós, do controle social, exercemos diretamente a

democracia participativa.

Agradeço ao gabinete do Vereador José Police Neto, que se colocou à disposição para apresentar a nossa emenda. Pelo acordo, estamos apresentando a emenda do FAS, da recomposição dos quase 350 milhões que estão sendo tirados da Assistência Social, pelo gabinete do Relator desta Comissão, Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Então, a emenda é do Vereador José Police Neto?

O SR. LÉDIO MILANEZ – Não, a emenda é do Fórum da Assistência Social, mas será apresentada pelo Relator, Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Mas o senhor citou o Vereador José Police Neto.

O SR. LÉDIO MILANEZ – Sim, porque S.Exa. se colocou à disposição do Fórum para apresentar a nossa emenda. Então, estamos agradecendo-lhe pela disposição.

Queríamos também, Secretária, com todo o respeito, recordar que a decisão orçamentária é política antes de ser técnica. Não é uma questão só de números. Da mesma como decido na minha casa onde e como vou aplicar os meus recursos, a partir do momento em que o Sr. Prefeito tira recursos da Assistência Social e decide aplicá-los em outros setores, S.Exa. está fazendo uma escolha política e não técnica.

Perguntaram para nós de onde devem ser retirados esses recursos. Quem deve responder isso são os Srs. Vereadores, que foram eleitos por nós para isso. Nós estamos financiando um grande grupo de assessores para que possam ajudá-los nessa missão. Então, não podemos responder isso porque não somos técnicos, somos pessoas que estão na ação, no trabalho, na discussão política e, principalmente, no contato com a realidade do dia a dia, que clama por decisões desta Casa.

Já que nos pediram, vamos dar algumas sugestões. O subsídio às empresas de ônibus é que alvo de uma CPI desta Casa, muito alto, então, vamos tirar daí. A questão do

subsídio da dívida da Cidade, vamos tirar daí e começar a colocar no subsídio da dívida desta Cidade que é a dívida social, como bem foi falado aqui; vamos tirar das grandes empresas de coleta de lixo, que não conseguiram toda a peça orçamentária deste ano não foi colocada, no entanto, ela vem agora com reajustes, vamos tirar dessas empresas que fazem trabalho importante, sim, mas que estão enriquecendo às custas de opções políticas dos governos municipais.

Estamos dando sugestões. Vocês terão de aprofundá-las para escolher em quais áreas irão colocar isso. Não é justo que, pela primeira vez, na história desta Cidade, recursos da Assistência Social sejam tirados. Fizemos uma grande manifestação saindo desta Casa, passando pela Prefeitura, chegando até a Praça da Sé, a qual reuniu mais de 7 mil pessoas, no dia 13 de novembro, Dia Municipal da Assistência Social, apenas um Vereador compareceu. Isso mostra como a Assistência Social, apesar de garantida pela Constituição, é vista como política pequena por esta Casa. Não digo que seja por maldade, mas por falta de compreensão do que seja a Assistência Social, porque a Assistência Social não é assistencialismo. Ela é um sistema preventivo, e é nisso que estamos pedindo que sejam aplicados os recursos. Pedimos isso porque crianças são acolhidas nos centros de convivência, adolescentes, crianças que não irão para o Conselho Tutelar porque elas foram tiradas do poder do mundo da droga pelo traficante e também porque o Estado estará agindo para prevenir, não tendo que depois usar a política especial.

A política especial é apenas um enxugar gelo. Nós não queremos enxugar gelo, queremos que a política pública seja preventiva, antes de tudo. É isso que nós estamos solicitando. O que está se desenhando possa agora ser reparado. Acreditamos ainda no Poder Legislativo, acreditamos também que as audiências não sejam como nos outros anos: audiências de surdos. Viemos aqui, aliás, neste ano, já participamos de audiências. Lá na Sempla, Sra. Secretária, fomos chamados para discutir a questão da Assistência Social, aquilo que nós colocamos no PPA, aquilo que junto com o COMAS apresentamos para o orçamento

não foi tirado de achismos. Não, isso veio de dados concretos dos vazios sociais desta Cidade, que o Observatório de Políticas Públicas construiu, ou seja, são dados também técnicos que mostram a grande desigualdade e o que está sendo tirado, principalmente, da proteção básica, porque isso que está sendo tirado aqui aumenta os vazios sociais, aumenta a distância entre a cidade rica e a cidade pobre.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Nós que agradecemos a participação do Padre Lédio.

Quero lembrar que temos mais três pessoas inscritas.

Tem a palavra a Sra. Lurdinha Rodrigues, que representa a Federação Nacional de Transporte Escolar; em seguida, a Vânia, e o último é o Leandro, do Fórum da Cultura da zona Leste.

A SRA. LURDINHA RODRIGUES – Boa tarde, Presidente Roberto Trípoli e a todos os presentes, Sra. Secretária, que está respondendo todas as perguntas.

Estou aqui representando a Federação Nacional de Transporte Escolar, a Federação Nacional de Transporte Escolar e o Sindicato de Transporte Escolar do Estado de São Paulo. Levamos, e foi apresentado pelo Vereador Orlando Silva, Vereador Alfredinho e Vereador Abou Anni, uma solicitação de emenda no orçamento – já viram que temos três Vereadores, vários nos apoiando. Fiquei muito feliz, mas feliz mesmo eu também fiquei porque, na penúltima reunião, comandada pelo Vereador Alfredinho, tanto o senhor, como toda a Mesa, o Relator nos deu apoio para ouvir-nos, pela primeira vez, nesta Casa, fomos ouvidos de verdade. Isso não pode passar em branco. Isso tem que ser guardado com chaves de ouro. Muito obrigada por essa posição fantástica em relação à categoria que transporta os filhos de vocês. Nós transportamos não mais o futuro desse País, mas o presente deste País é representado por nós – aquele grupo que deixou de trabalhar agora; não enchemos a galeria

porque trabalhamos nesses horários -; nós transportamos crianças que fazem parte, sim, dessa inclusão social, e o transporte escolar gratuito do Município de São Paulo, feito na gestão da Marta Suplicy, é o maior programa social que podia existir neste País na área de transporte.

Ocorre que, nesses oito anos que se passaram, o Prefeito em questão tratou o transporte escolar como lixo e, por isso, aquelas 104 mil crianças passaram a ser 45 mil.

Revoltada estou a ver que, apesar de tudo, a nossa Secretaria de Educação, onde estamos alocados tem um redução também na sua verba, mas não cabe a nós procurarmos onde vão achar dinheiro, porque se não, Sr. Presidente, crianças deixarão de ir para escola.

Nossas lutas e manifestações, a paralização de São Paulo, na sede da Prefeitura, não se deram porque somos vândalos, até porque fizemos com muita calma. Não há possibilidade de haver as despesas que temos com uma receita inferior e, por isso, pedimos.

Lembro-me que o senhor disse: “Eles pedem com base num orçamento”, porque apresentamos, também, uma planilha de custos. “Eles pedem 400 milhões que é muito dinheiro”. E é mesmo. Talvez, uma das maiores verbas que tem ai, mas pedimos esse valor porque o Prefeito Haddad, durante toda a sua campanha – nós gravamos -, ele esteve na nossa sede e disse que iria resgatar o transporte escolar das crianças, embora o Secretário de Educação, Cesar Calegari, tenha dito que nós somos a aberração da Educação. Isso me deixa estática! Ele é professor, e eu também sou! E não há educação sem o transporte. É um direito da criança o transporte. E ainda ele criou dois quilômetros, e eu costumo dizer: sabe por que político cria dois quilômetros para uma criança poder ter direito: porque são maus políticos. Aqui, estou elogiando os políticos. Quem criou os dois quilômetros, não só o Cesar, mas quem fez isso, é porque não é o filho dele. (Palmas) O filho dele não andaria 500 metros. Filho de pobre não vota. Nordeste é um burro como eu. Mas eu mudei o meu título para São Paulo. Mudem seus títulos para São Paulo, para que possamos participar da gestão desta Prefeitura.

São Paulo é um país que nós amamos. Se estamos aqui, nós que viemos de outras regiões, precisamos participar. Concordo que os Vereadores não podem fazer milagres, mas nós precisamos participar mais. Quero deixar claro: nenhum transportador escolar voltará ao serviço em janeiro ou fevereiro. Estamos avisando e sairemos com carro de som para todas as comunidades da periferia, onde se encontra a nossa demanda, porque a Prefeitura de São Paulo está diminuindo os transportes, porque não podemos pagar à Prefeitura para trabalhar, não há condição de ganhar dois mil e gastar quatro mil. Não é que a gente queira só ganhar dinheiro, mas a Prefeitura exige da gente a troca de veículo, qualidade no transporte, segurança, motoristas têm nos seus monitores, o que inclui, CLT, férias, décimo terceiro, quando a mulher engravida 5 meses sem poder trabalhar, mas 5 meses que tenho que por uma monitora no local.

Não estamos falando mal da Prefeitura, mas estamos dizendo que acreditamos nesta Comissão para que, em cima do que foi pedido na emenda, os senhores peguem alguma forma para nos ajudar, há de haver um jeito, porque um Município como São Paulo ficar com verba guardada e não ter sido gasta em 2013? E a gente ouvir do Prefeito que o orçamento deixado era insuficiente e as Secretarias não usaram o que tinha? Trata-se de Secretários incompetentes. Isso se chama improbidade administrativa, deviam ir para a cadeia, como qualquer normal vai. Isso tem que ser mudado. (Palmas)

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. LURDINHA RODRIGUES – Nós que agradecemos a participação, Dona Lurdinha, representante da Federação Nacional do Transporte Escolar.

Tem a palavra a Sra. Vânia Maria de Freitas, da Associação dos Voluntários Integrados no Brasil.

A SRA. VÂNIA MARIA DE FREITAS – Fundão da Leste! Boa tarde, cumprimentando a Mesa, colegas e companheiros. Quero primeiro dizer que já estou contemplada, me senti extremamente representada na fala da maioria dos companheiros.

Estou falando em nome de uma das organizações conveniadas com a Prefeitura de São Paulo e como membro da Executiva Ampliada do Fórum de Assistência Social, também, como Assistente Social por formação, como militante, como cidadã.

Na verdade, não vou entrar nas questões técnicas porque o COMAS falou muito bem, o Padre Lédio com nossas propostas, mas gostaria de dar uma devolutiva ao Vereador Ricardo Nunes, sobre a inquietação que ele colocou aqui. Ele não está presente, mas espero que veja de seu gabinete.

Na verdade, as manifestações não só do Fórum da Assistência, mas dos militantes e de todas as regiões contra o posicionamento do orçamento, essa redução das verbas, não foram manifestações individualistas e de inimizada, muito pelo contrário, foi mesmo um pedido de atenção de toda a esta Casa, aos 55 Vereadores que não tratam a política de Assistência Social com o devido respeito.

A Lei Orgânica da Assistência Social existe desde 1993. É uma lei que foi sancionada e não é respeitada. Temos diversos artigos para serem discutidos com o Legislativo, com o Executivo, e, simplesmente, o corpo de Vereadores não comparece. Não estou aqui desrespeitando ou desmerecendo os pouquíssimos Vereadores, os pouquíssimos representantes da Casa, que aparecem em uma ou outra discussão.

Quero informar que o Fórum de Assistência Social e as organizações sociais – mais de 90 – é que executam a política de Assistência no Município, o que não está correto, porque nós, na verdade, enquanto cidadãos, queremos uma política de Estado, e, não, uma política de governo. É para isso que a gente sempre lutou. Porém, as circunstâncias, como bem disse a Sra. Secretária, acabam nos levando a caminhos que não dá para deixar as pessoas morrerem.

Essas organizações e esses militantes, essas pessoas que estão responsáveis por essa política, querem que ela seja respeitada. Fico muito feliz quando ele colocou que vem defendendo a Assistência, e a gente está batendo nele. Então, Vereador Ricardo Nunes: nós não

estamos batendo no senhor. Estamos batendo na injustiças sociais; estamos batendo na desigualdade; na incoerência na verdade, porque a redução de verba da política de Assistência Social hoje em plena luta de efetivação do Sistema Único de Assistência Social é injusta.

Então, que o senhor seja muito bem-vindo, como o Padre Lédio informou, a plenária acontece todas as segundas-feiras do mês, nesta Casa.

Encerrando a minha fala, quero fazer um convite: amanhã, teremos mais um momento muito importante, uma mesa redonda, das 9h às 15h, no salão nobre, para discutir a nova lei de filantropia, que as organizações sociais também estão clamando para que esta Casa reveja essa nova lei, como é que a gente pode continuar lutando e partilhando a execução da política nacional aqui no Município. Teremos o maior prazer em receber todos vocês.

Por fim, quero fazer um esclarecimento, inclusive, na fala do Vereador Aurélio Nomura, fica provado um pouco o que o Padre Lédio acabou de falar sobre a falta de conhecimento, quando ele diz que saúda os representantes do Serviço Social. Nós não estamos aqui representando a categoria profissional do Serviço Social. Nós estamos aqui representando a política de Assistência Social, enquanto trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social. Isso tem uma diferença muito grande, pois não estamos aqui em nome do CRES, Conselho Regional de Serviço Social da cidade de São Paulo, e a partir desta confusão é que a gente convida para poder estar junto e esclarecer melhor. (palmas)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Muito obrigado pela participação, Dona Vânia.

Chamamos o Sr. Leandro, do Fórum da Cultura da zona Leste.

O SR. LEANDRO – Boa tarde, Sr. Presidente.

É a segunda audiência pública com relação à cultura no orçamento. Na primeira audiência, tive uma fala a respeito de um estudo orçamentário que o Fórum de cultura fez, compartilhou com outros movimentos, escrevemos uma carta que foi lida aqui e junto com a o

movimento da Frente Parlamentar foi aberta uma reunião de esclarecimento desse orçamento. Estavam presentes representantes da Sempla, da Secretaria Municipal de Cultura e, também, Vereadores desta Casa.

Nessas reuniões, a princípio, se falou em um aditivo de 0,25% - representando 75 milhões -, ao orçamento da cultura, depois, houve um recuo para 35 milhões – que é o que a gente considera o mínimo. Esses 35 milhões são para abarcar não uma política, mas um conjunto de políticas essenciais para que a Secretaria de Cultura tenha, de fato, uma abrangência em termos de Cidade.

Quando eu falo em abrangência em termos de Cidade, estou falando de políticas, sobretudo, voltadas para as periferias da Cidade, pois o Fórum de Cultura milita pelas periferias.

Há três programas específicos dessa política que são os programas de formação, a cultura, o PIA e o VOCACIONAL; o programa VAI e, também, a questão da programação das Casas de Cultura, que são equipamentos públicos entregues ao sucateamento de equipamentos na Cidade e ficam à mercê de cargos de Vereadores e onde não acontecem atividades, de fato, como um programa de política pública da Secretaria de Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Desculpa, eu queria entender melhor: “Fica a cargo de Vereadores”.

O SR. LEANDRO – Ah, sim. Os equipamentos de cultura são ocupados por Vereadores, não, por cargos indicados por Vereadores, e a gestão desses equipamentos não é feita com o entendimento do que seja cultura, como deveria ser feita.

Então, o Fórum tem se mobilizado com relação a isso, e queria voltar para a nossa primeira audiência, que os nossos interlocutores eram os Vereadores, a Sempla e também a Secretaria de Cultura.

Acho que, hoje, os interlocutores são os Vereadores mais ligados à Comissão de

Finanças, já que é uma questão específica do Orçamento já em sua reta final; a Sempla, na presença da Secretária Leda.

O que eu queria dizer é que eu acho que falta uma certa coerência política na decisão do Orçamento e eu digo o porquê. Foi feita uma Conferência Municipal de Cultura, um processo participativo de democracia participativa aberto por esta cidade, e foram tiradas demandas dessa Conferência. Essas demandas não refletem no estudo do orçamento da Cidade para o ano que vem.

Então, programas como esses, voltados às periferias, que foram mais votados dentro das propostas da conferência, eles são os menos cotados em relação às rubricas do Orçamento. São os que têm o orçamento mais baixo.

Então, primeiro um apelo, para que os Vereadores da Casa olhem um processo democrático aberto na Cidade, que é a Conferência Municipal de Cultura, para que seja decidido, de fato, esse dinheiro, para onde ele vai.

E, aí, não vou repetir as falas, mas a gente tem uma questão que esta mesma Câmara, quando fala em coerência política, votou um projeto de lei, do Vereador Andrea Matarazzo, que destina 87 milhões, de recursos para a Cultura, oriundos de renúncia fiscal. É um dinheiro que vai direto para o departamento de marketing de uma empresa decidir o que é feito na Cultura ou não. Então, a empresa decide o que é Cultura ou não.

Então, a Câmara tem condições agora, talvez, de se refazer desse processo que nós, movimentos, entendemos que foi um retrocesso em relação a uma decisão política para a Cultura, de que, de fato, seja olhado o Orçamento de um recurso direto da receita da Cidade. Precisamos de 35 milhões para um conjunto de políticas públicas da Secretaria de Cultura, para serem implementadas no ano que vem. É essencial. E não 87 milhões que vão ser decididos por um departamento de marketing de uma empresa qualquer.

Então, reforço aqui, que o Programa Vocacional precisa de três milhões, dentro desses 35 milhões; que o Programa VAI precisa de um aditivo para que sejam mais projetos

aprovados; as Casas de Cultura precisam de programação, porque são os únicos equipamentos que oferecem, via Estado, a programação, uma possibilidade de programação cultural nas periferias da Cidade.

Então, precisa ter um entendimento da Casa de quais são as reais necessidades, em termos de políticas culturais para a Cidade. E, aí, eu queria uma resposta, no caso da Sempla, porque não podemos ficar à mercê até às 19 h, decidindo questões de emendas parlamentares se a Sempla não se colocar aberta a se comprometer com que esse aditivo seja executável no ano que vem. Porque pode acontecer – como aconteceu, de que essa briga por emendas e chega o ano que vem e o braço de ferro da Sempla vai lá e veta, não deixa, congela, não deixa que esse orçamento seja executado.

Então, não basta a vitória, hoje, de 35 milhões, e 3 milhões, 1 milhão e 2 milhões para projetos específicos, se a gente não tiver um compromisso da Sempla. Eu peço que isso seja respondido agora, no final desta audiência.

Obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – O Orçamento, fora esses números que os senhores têm, o Prefeito sempre teve – e eu sempre fui contra, 15% de remanejamento de verba. Então, tendo uma rubrica, ele pode colocar o dinheiro que ele quiser.

Quer dizer, têm casos que a pessoa coloca uma rubrica de um real e o Prefeito, depois, pode colocar o dinheiro.

Então, quero deixar claro que há a possibilidade, ainda...

(NÃO IDENTIFICADO) – E desse ponto, só queria referenciar a fala da Leda aos 2%. A gente precisa de uma posição, também, do Prefeito, pública, porque tivemos a sanção do Programa VAI, por exemplo, em que ele se comprometeu publicamente, depois de uma fala minha naquela ocasião, de que ele apoia e se compromete com relação ao aumento do orçamento gradual até chegar a 2% nesta gestão.

Então, eu não sei de onde a Secretaria... de repente, de uma conversa que não

tenha sido publicizada, mas o que temos de informação pública do Sr. Prefeito, é de que teremos, sim, 2% para a Cultura. Então, eu gostaria que a Sempla estivesse de acordo com relação a isso, senão de nada não serve.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Só queria colocar duas questões. Uma é essa. Só questão de informação, que não é só as emendas, porque existe os 15% e o nosso relator está apresentando, acho que, 13%.

Cada Prefeito sempre gastou, eu me recordo que Luíza Erundina governou com 1% de remanejamento de verbas; o último Prefeito na faixa de 6%. Quer dizer, o Governo nunca usa mais que 6%, pela pesquisa que eu fiz. Parece-me que o Paulo estaria apresentando 13%, que é uma verba..., muito recurso. Quer dizer, dá para trabalhar essa questão.

Um outro ponto, que diz respeito à minha pessoa, que eu gostaria de deixar claro para você,s que eu também sou Vereador. Eu ouvi aqui, durante 4 horas, se falar muito mal de Vereadores. Tem gente boa, gente ruim em qualquer lugar. Só que eu queria deixar claro que este Vereador, eu nunca indiquei um office boy para o Governo.

Você falou que têm Vereadores indicando nos Centros de Cultura.

Enfim, eu queria dizer que eu, Vereador Roberto Tripoli, estou em meu 7º mandato e fiz quase 140 mil votos na última eleição, sou o mais votado do Brasil, pode-se dizer, nunca indiquei um office boy, desde o Governo Luíza Erundina até hoje. Quer dizer, só para deixar claro isso. Cada Vereador utiliza da forma que quiser. Tem Vereador que indica. Não estou questionando isso. Estou dizendo que este Vereador prefere políticas públicas do que entender gente a qualquer cargo. Executivo é executivo, legislador é legislador, no meu entendimento.

Tem a palavra o nobre Vereador Marco Aurélio Cunha.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Apenas para também dizer a mesma coisa.

Meu segundo mandato, sou cinco anos Vereador, nunca indiquei nenhuma pessoa ao Governo. Nunca. então, ficar bem claro isso.

Muito obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – E dizer mais, que vocês estão aqui, me procuraram, foi na última reunião. Tivemos uma audiência pública, eu procurei vocês e fiquei sabendo que faltavam 3 milhões. Conversamos com o Paulo Fiorilo, Relator, vocês acompanharam, e eu estou colocando uma emenda na faixa de 250 mil reais, para esse grupo que está aqui na frente. Peço aos outros Vereadores que colaborem também com emendas parlamentares para a Cultura.

Passo a palavra ao Sr. Secretário, à Sra. Secretário, ao Sr. Adjunto, para que possam fazer as considerações finais.

Passo a palavra aos representantes do Poder Executivo.

A SRA. _____ - Só lembrar que desta feita foram oito pessoas que falaram, não três ou quatro como das outras vezes. Não vou responder uma a uma, mas vou tocar em alguns pontos que eu acho que foram levantados nessas falas.

Primeiro, alguém falou em cortes generalizados. “Todo mundo foi cortado. Todo mundo saiu perdendo”. Bom, aí acho que há uma confusão de assuntos. Uma coisa é isso que está na tela aí, que decorreu da alteração das travas da Lei do IPTU, que foi colocada por esta Casa, quando da tramitação do Projeto do IPTU.

O Orçamento foi feito com a receita prevista com as travas de 30 e 45% para os aumentos máximos de residencial e comercial. Essas travas foram reduzidas para 20 e 25% e isso implicou em uma redução na receita prevista para o ano que vem.

Ora, implicou uma redução na receita, você tem de ajustar a despesa. A despesa estava maior do que o que a nova receita permitia.

Então, o ajuste foi feito da forma que está aí. Foi a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara que fez o ajuste dessa forma. Por quê? Porque esses setores que estão aí, têm renda vinculada – Educação, Saúde, precatórios, tudo isso é renda vinculada à receita de tributos. Se a receita cai, isso também cai.

Porém, isso não quer dizer que houve um corte generalizado, que todos os setores

perderam. Não, pelo contrário. Eu diria que há aumentos em todas as áreas sociais, neste Orçamento. Aumento na Educação, aumento expressivo na Saúde, aumento na Cultura, aumento no Esporte, aumento na Habitação. Há aumento em todas as áreas. E mesmo na Assistência Social, que é o que foi tema da maior polêmica aqui, eu volto a dizer: se esse recurso que as famílias que serão atendidas com o programa de renda compensatória, fosse recurso de renda mínima e não de Bolsa Família, o orçamento – portanto, passando pelo Orçamento municipal – ou se o Bolsa Família, por alguma razão, passasse pelo Orçamento Municipal, como passam, por exemplo, os recursos do SUS ou outros recursos da Cultura, teríamos um orçamento bem maior e não teria essa celeuma toda aqui.

Ou seja, a redução que houve foi no Renda Mínima, porque o Renda Mínima só vai complementar agora o Bolsa Família.

Então, nas outras áreas não foram cortadas, não tem esse desespero todo.

Contudo, eu diria que a bola está com a Câmara. A Câmara tem, nas mãos, a possibilidade de fazer as emendas que quiser. Não cabe ao Executivo, agora, dizer que se faça isso ou se faça aquilo. Não tem de ter agora um compromisso da Sempla com isso ou com aquilo. O que tem de ter é o seguinte: aquilo que esta Casa aprovar, o Executivo vai fazer.

Aí, eu já aproveito para falar da questão do Leandro. Essa questão de executarmos ou não. Olha, tudo que a gente gostaria – e por isso que eu digo que o compromisso não é da Sempla, tudo que a gente mais gostaria neste mundo, como Secretaria de Planejamento e Orçamento, é que o Orçamento fosse executado tal e qual ele vai ser aprovado aqui, porque para a gente fazer as mudanças, os remanejamentos é uma dor de cabeça.

A execução orçamentária se torna muito mais complexa quando a gente tem de ficar mudando. Portanto, a nossa disposição é técnica, é a de respeitar o Orçamento do jeito que ele vier. Então, não tem o braço de ferro da Sempla cortando nada. O que tem é que existem verbas que são, de fato, congeladas no início do exercício. Sempre é assim porque são verbas, em geral, que vão financiar projetos. Portanto, são receitas e capital que podem ou

não vir. Elas vindo, os recursos são liberados.

Os recursos de emendas, já há um compromisso do Executivo, que eles serão liberados com antecedência para que as emendas possam ser executadas. Então, não há nenhuma intenção nossa de não executar nada. Muito pelo contrário.

Eu queria, por favor, que essa imagem do braço de ferro da Sempla, feito uma foice do mal, saindo cortando recurso de todo mundo, por favor, não é disso que se trata.

O Vanderlei Torino falou: “Tá bem, o IPTU caiu, mas tem o ISS que progrediu”. Claro, a previsão de progressão de arrecadação de ISS estava prevista na peça orçamentária que foi enviada à Câmara. Os recursos a maior do ISS estão previstos, estavam previstos no bolo total de receita previsto. Nesses recursos, não há alteração, não foi mexido nisso.

Agora, no IPTU, que foi previsto com uma trava de aumento maior do que o que a Câmara permitiu, há uma redução em relação ao que a Secretaria do Planejamento previu, apoiada nas expectativas de receita da Secretaria de Finanças.

Então, apesar de você ter razão, dizer que o ISS continua crescendo, com certeza. Ainda bem. Significa que é um tributo cada vez mais importante para a Cidade e que vamos ter recursos para fazer o que precisamos fazer.

Agora, com relação a esse recurso, não houve mudança em relação ao que enviamos, mas com relação ao que enviamos de IPTU, houve. Por isso a redução.

Ainda com relação ao Orçamento da Assistência Social, a Secretária Luciana vai discutir com o COMAS, na quinta-feira, novamente essa questão do Orçamento.

Padre Lédio, eu lamento, mas as sugestões que o senhor nos dá para tirar recurso para a Assistência Social, todas elas são inviáveis.

Tirar da dívida: não podemos, não temos como. Se não pagarmos a dívida, imediatamente o Tesouro Nacional entra e sequestra a nossa receita. Não temos essa alternativa.

Tirar da coleta de lixo: é possível o quê? Auditar. O que mais nós fizemos, desde o

início do ano, foram reuniões com as empreiteiras para reduzir o valor desses contratos, para obrigá-los a fazer mais serviço do que o que estava colocado. Agora, simplesmente do nada, se reduzirmos o recurso da coleta de lixo, eles vão parar de coletar do lixo.

Assim como, enquanto não mudar o modelo, enquanto não se auditarem as contas do transporte público, não podemos tirar recurso do subsídio da tarifa, porque, senão, nós vamos colocar em risco o transporte público.

Tiramos daqui alguma coisa na esperança de que, nessa redução, já são 56 milhões e meio que foram retirados, na esperança de que consigamos, com a auditoria e com a mudança do modelo, ter um custo menor para a Cidade para a oferta do transporte público.

Agora, volto a dizer: do nada, a gente não pode simplesmente não repassar o recurso para o sistema de transporte coletivo, porque as empresas param, na hora, de oferecer o serviço e a população não vai querer isso.

As emendas serão executadas.

A Assistência Social, eu volto a dizer, primeiro, a bola está com esta Casa. Esta Casa tem a pena na mão.

Segundo lugar, volto a dizer que se o Orçamento do Bolsa Família fosse Renda Mínima e não Bolsa Família, o serviço a ser prestado, a renda compensatória a ser fornecida, seria rigorosamente a mesma e não teria essa celeuma por conta do Orçamento da Assistência Social.

- Manifestações fora do microfone – inaudíveis

A SRA. _____ - Desculpem-me, mas eu não acho que tenha desrespeitado ninguém. Pelo contrário. Eu procurei contemplar todo mundo. Todas as questões que me foram feitas, estão anotadas aqui, tenho cinco folhas anotadas. Tenho o maior apreço pela participação, quem me conhece sabe disso, e procuro responder dentro daquilo que...

Dentro do meu papel de Secretária do Planejamento, eu não respondo por todo o Executivo e sequer por todas as Secretarias. A minha obrigação é tentar esclarecer aos senhores sobre algumas decisões que estão no Orçamento e esta audiência se colocou dada a mudança que a relatoria da comissão de finanças da Câmara Municipal fez na proposta que enviamos. Na realidade, estamos discutindo o substitutivo que a Câmara Municipal está apresentando. Estou disposta a dar qualquer esclarecimento, não estou desrespeitando ninguém, se fiz, peço desculpas, mas não foi a intenção, que foi de responder a todos com o respeito que merecem e acho que fiz isso.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Ouvi atentamente as suas respostas e me parece um pouco incoerente se mandar para cá um Orçamento sem a previsão que fosse cumprido na hipótese da votação favorável do IPTU, como pretendia o Governo. Não é possível se fazer algo planejado sob a hipótese de ser aprovado da forma como o Executivo quer, ou seja, ignorando a própria Câmara Municipal. Foram 29 novos contra 26, sob a trava que foi posta e negociada com o governo, contra o meu gosto, mas as maiorias vencem. Já foi uma conquista do governo, que para mim foi abusivo, e todos acham isso. Certamente, não poderiam estar contando com algo que ainda seria votado. É incoerente fazer um programa em cima de uma hipótese não tão bem sucedido do ponto de vista do governo.

Passar para nós a responsabilidade que é do Executivo, porque as nossas emendas tem sido difíceis de serem cumpridas. Muitos Vereadores não tiveram suas emendas contempladas esse ano. Dizer que nós temos a bola, desculpe-me só controlamos e devolvemos para a senhora para que as emendas sejam cumpridas.

A SRA. LEDA MARIA PAULANI - Quando preparamos a Peça Orçamentária, temos a obrigação de fazer a receita bater com a despesa, então, não podemos enviar à Câmara Municipal que tenha uma receita prevista de “x” e uma a menor. Fomos coerentes com o que mandamos de proposta. Não tínhamos ideia do que ia acontecer. Isso é da natureza da elaboração orçamentária. Se tem uma proposta de aumento de tributação, você conta com o

aumento e faz a despesa bater com a receita. Não posso mandar uma proposta da Câmara Municipal e que a receita e despesas não batam.

O SR. MARCO AURÉLIO CUNHA – Mesmo fictícia?

A SRA. LEDA MARIA PAULANI – É uma previsão, que sempre está sujeita a ser desmentida, não só porque a Câmara Municipal não aprova, como, se no ano que vem, tiver um problema qualquer a arrecadação de algum tributo pode não corresponder. A do ICMS, por exemplo, vem nos surpreendendo negativamente há muito tempo. Então, contamos com a continuidade da queda do ICMS no ano que vem em termos reais. Se for positivamente é ótimo, mas é uma previsão, que podem ter erros.

A proposta foi mandada com esta previsão de receita e a correspondente previsão de despesas. Se a previsão de receita claramente não vai mais se configurar dada a mudança que foi feita, temos que ajustar as despesas se não a peça vai ficar incoerente. É uma questão puramente técnica.

Não estou dizendo, nem que foi por bem ou mal, simplesmente foi uma necessidade de ajuste a ser feito na despesa uma vez que a receita foi alterada do IPTU.

Tenho assinado todos os dias decretos para a realização das emendas. Falamos com o Vereador Fiorilo, sabemos que há uma demanda alta de que liberemos os recursos com mais tempo de prazo para executar e isso será feito no ano que vem, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Todo o governo tem sua prioridade, é um momento delicado que estamos passando, é o único dinheiro e cada um puxa para um lado, mas há prioridades. O governo tem de saber o que prefere, se é transporte, lixo, etc.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Esse é o ultimo encontro que a Câmara Municipal faz com o Executivo e até o final do dia os Vereadores podem apresentar suas emendas e depois o relator apresenta o que foi possível alterar no Orçamento.

Escutei o debate e as demandas, mas o que parece ser fundamental é entendermos a dinâmica que acontece a partir de agora. A grande preocupação é de como se

comportarão plenário. A Secretária anunciou que a bola está com a Câmara Municipal, mas quais as garantias que a Câmara Municipal vai ter que nenhum cartola vai trocar jogador. O Vereador Marco Aurélio falou da questão da votação do IPTU e tivemos até jogador sendo substituído. Qual a garantia de que teremos um debate puro também por parte do governo dessa Casa e que os Vereadores poderão ter o seu ambiente individual de se manifestar sem pressão que o Executivo faz.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) – Declaro encerrada a presente audiência.

Agradeço a presença de todos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **14316** DATA: **10/12/2013** FL: **89** DE 90

FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF